

# Caderno de Metodologias

**Projeto Direitos na Escola**  
Juventude Rural e Participação Popular





# Caderno de Metodologias

**Projeto Direitos na Escola**  
Juventude Rural e Participação Popular



**AATR**

ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS



**Direitos na Escola:  
JUVENTUDE RURAL E  
PARTICIPAÇÃO POPULAR**



**Direitos na Escola:  
JUVENTUDE RURAL E  
PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**AATR - Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais**

Ladeira dos Barris, 145 - Barris

Salvador - Bahia - Brasil

[aatrba@terra.com.br](mailto:aatrba@terra.com.br)

(71) 3329-7393

Copyright© 2020 da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais

Todos os direitos desta edição reservados à Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia -AATR

**Projeto Editorial:** Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia

**Conselho Político Pedagógico:** Tiago Pereira da Costa, Joice Silva Bonfim, Amanda Rodrigues da Silva, Crispim Rodrigues da Silva, Gilmar dos Santos Andrade, Naara de Carvalho, Eliel da Silva Oliveira, Valdirene Silva Santos, Paloma Oliveira Souza, Marcos André de Oliveira, Daniela Santos Oliveira, André Simas Sacramento, Beatriz Pereira Cardoso

**Texto e sistematização:** Leila Kissia D'Andreamatteo

**Assessoria e revisão:** André Sacramento, Beatriz Cardoso, Adriane Ribeiro, Juliana Borges, Gabriela de Sá Barretto

**Metodologias:** acervo da AATR-BA

**Ilustrações:** Gilmar Santos

**Projeto Gráfico:** Criando Assessoria e Produção de Artes

# Sumário

1. Apresentação .....	04
2. Educação jurídica popular .....	06
3. Para caminhar com este caderno .....	09
4. Caminhos metodológicos .....	12
4.1 <i>Quem somos?</i> .....	12
4.2. <i>Conhecendo o Estado - Entes Federativos, funções dos Poderes e participação popular</i> .....	18
4.3. <i>Linha do tempo espaço - revisitando alguns marcos históricos</i> .....	22
4.4. <i>Jogo para construir uma associação - Debatendo a organização da juventude rural</i> .....	34
4.5. <i>Cabo de guerra - Conflitos territoriais e ambientais</i> .....	40
4.6. <i>Viver, cultivar, criar e dançar a terra: Os direitos dos posseiros</i> .....	46
4.7. <i>O meio ambiente é um Rio Doce e o agro (não) é pop - Debatendo o desenvolvimento sustentável?</i> .....	52
4.8. <i>Quebra cabeça do licenciamento ambiental</i> .....	60
4.9. <i>Criminalização da população negra e indígena e dos movimentos sociais.</i> .....	68
4.10. <i>O que é crime e por que as prisões? Seletividade do Direito Penal, encarceramento em massa e política de drogas</i> .....	78
4.11 <i>Para avaliar o caminho percorrido</i> .....	83

# Apresentação

Este caderno de metodologias faz parte do projeto Direitos na Escola: Juventude Rural e Participação Popular. O projeto foi construído pela Associação de Advogadas/os de Trabalhadoras/es Rurais no Estado da Bahia - AATR/BA, em parceria com a Rede de Escolas Família Agrícolas Integradas do Semi-Árido - REFAISA, e tem como principal objetivo possibilitar o diálogo de conhecimentos jurídicos com estudantes, monitores e demais integrantes das EFAs.

Este caderno faz parte do *Kit pedagógico*, um conjunto de materiais e ferramentas que ajudarão cada Escola a realizar estes momentos de debate sobre o direito. Aqui no caderno de metodologias vocês irão encontrar propostas de atividades que abordam alguns conceitos gerais e iniciais do campo do direito, e que apresentam algumas leis e instrumentos jurídicos importantes para a atuação individual e coletiva na luta por direitos ou para que saiam do papel.

Estas atividades foram pensadas para que possam ser reproduzidas pelos monitores das Escolas Família Agrícolas (EFAs) no contexto da formação regular realizada pelas escolas com os estudantes do nível médio. Os Cadernos de Diálogos e outros materiais de vídeo produzidos para o projeto servem de apoio para a utilização deste caderno.

As atividades aqui sistematizadas são frutos da experiência de quase trinta anos da AATR com Educação Jurídica Popular, na realização das formações de Juristas Leigos. Portanto, muitas pessoas, direta ou indiretamente, participaram dessa construção, que, como princípio e prática da AATR, faz parte de um trabalho coletivo.

## Você conhece a AATR?

A Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) é uma associação civil sem fins lucrativos que atua no estado da Bahia realizando assessoria jurídica popular às organizações, comunidades tradicionais e movimentos populares rurais envolvidos em conflitos territoriais e socioambientais.

A fundação da AATR ocorreu em 21 de abril de 1982, reunindo advogados populares que atuavam no interior do estado junto às lutas camponesas. A AATR surge no contexto de crescimento da violência contra advogados populares, cujo marco foi o assassinato de Eugênio Lyra (22 de setembro de 1977), em Santa Maria da Vitória – BA, às vésperas do depoimento que ele prestaria à CPI da Grilagem, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. No mesmo ano, Hélio Hilarião, outro advogado popular, também foi assassinado a mando de latifundiários e grileiros, em Senhor do Bonfim-BA.

Através da assessoria jurídica popular, a AATR vem apoiando comunidades quilombolas, de fundo e fecho de pasto, pescadores(as) artesanais e marisqueiras, demais comunidades negras rurais, como também aos movimentos de luta pela terra, trabalhadores(as) submetidos à escravização contemporânea e povos indígenas no estado da Bahia.

Para conhecer mais, acesse:

Instagram: <https://www.instagram.com/aatrba/>

Site: <https://www.aatr.org.br/>



## 2. Educação Jurídica Popular



A educação jurídica popular, como prática pedagógica adotada pela AATR, tem como principal **referência a educação popular de Paulo Freire**. Nesse sentido, deve ser uma educação dialógica, que constrói relações horizontais entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, que respeita os saberes dos educandos, e que, de outro lado, compromete o educador também como sujeito que aprende.

A educação popular considera a subjetividade do educando, a sua realidade e o contexto local. Também estabelece relação com o contexto mais amplo de funcionamento da sociedade, para olhar para a realidade da maneira como ela aparece inicialmente aos nossos olhos, e ir aprofundando esse olhar, **buscando compreender os mecanismos de reprodução dessa realidade**. É preciso compreender como a sociedade em que vivemos funciona, e as estruturas que a fazem funcionar desta determinada maneira. E é preciso entender qual o papel do Direito nesse funcionamento.

**“Não basta saber ler mecanicamente ‘Eva viu a uva’.  
É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no  
seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e  
quem lucra com esse trabalho.”  
(Paulo Freire)**

Assim também é sobre o conhecimento jurídico: não basta saber a lei mecanicamente. A educação jurídica popular pressupõe uma concepção de Direito que não o enxerga somente enquanto lei, estrutura judiciária e aplicação da lei. Requer também problematizar e desnaturalizar o próprio direito, situando-o como fenômeno histórico, que, ao mesmo tempo em que legitima e reproduz a sociedade moderna capitalista, racista e patriarcal, possui contradições com essa mesma estrutura, inseridas por meio da luta popular.

Partimos da concepção de Direito como relação social. Uma relação social específica da sociedade moderna capitalista, que tem no seu centro o sujeito individual, igual juridicamente e livre – mas, uma liberdade que significa especialmente a possibilidade de realizar contratos. E o contrato só passa a ser necessário em uma sociedade em que tudo pode ser transformado em mercadoria.

**“A educação não pode ser a do depósito de conteúdos,  
mas a da problematização dos homens  
em suas relações com o mundo.”  
(Paulo Freire)**

Na educação popular e na educação jurídica popular, o papel do educador não é o de transferir conhecimento, mas é o de mediar o processo de conhecimento, no qual o educando deve ter a sua autonomia respeitada.

Nenhuma educação é neutra. Quando algum modelo de educação afirma a imparcialidade e um conhecimento que interessa a todos, ela está se posicionando do lado dos opressores, na reprodução da mesma realidade em que vivemos hoje. A educação jurídica popular, ao contrário, assume o seu posicionamento ao lado das classes oprimidas, dos povos do campo, das águas, das florestas e das periferias das cidades.

Acreditamos que é preciso abrir caminho para subverter a ordem vigente, encontrando brechas nos edifícios e castelos jurídicos, para não somente adentrar em suas estruturas, mas para fazer estas estruturas ruírem, para que outras possibilidades sejam construídas. A educação jurídica popular afirma a possibilidade de construção de uma outra realidade, igualitária e comunitária. E esta construção não pode se dar senão pela ação popular, pelo fazer coletivo e organizado dos povos, incluída a participação da juventude em suas muitas identidades.

Olhando a história, percebemos que o Direito, este que conhecemos e temos hoje, não é capaz de garantir os direitos inscritos nas leis. Reconhecer esse limite, no entanto, não significa negar a possibilidade de sua utilização pelos povos em luta, mulheres, jovens e outros setores. Ao contrário, a AATR aposta nesse uso do Direito na sua atuação. Educação jurídica popular e assessoria jurídica popular se complementam nessa frente e caminham lado a lado.

Foi a luta dos povos por direitos que garantiu historicamente condições de vida mais humanizadas para a população. Mas, acreditamos que essa luta, que tem o direito como um instrumento e arma, deve ser também pela construção, e ser a própria construção, de uma outra forma de viver, de se relacionar, de lidar com a terra, de produzir.

Por isso, fazer educação jurídica popular significa também pensar metodologias e instrumentos que, além de possibilitar a investigação e o conhecimento sobre a realidade, também contribuam para o fortalecimento de relações de solidariedade e de comunidade. A educação jurídica popular busca ser também potencializadora das ações de organização que os povos e movimentos já realizam.

O estudo do direito, nesta perspectiva, deve estabelecer relação com a própria sabedoria popular e os diversos conhecimentos e saberes que constituem os territórios dos estudantes. Para que, nas especificidades de cada comunidade, escola e família, em seu território, o saber possa de fato ser conhecimento, enquanto um agir reflexivo no mundo, ação transformadora, teoria e prática ao mesmo tempo, ou seja, enquanto *práxis*.

Esta educação é proposta também como encantamento, afeto, ação dialógica e amorosa. É uma educação como prática da liberdade. Mas não a liberdade jurídica, formal e abstrata que iguala todos e todas como vendedores e compradores de mercadorias. A liberdade que ainda há de ser construída... Liberdade em processo de construção!

**“ A liberdade é uma luta constante!”**  
(Angela Davis)

**“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.”**  
(Paulo Freire)

**Sigamos juntos/as nessa caminhada!**

### **3. Para caminhar com este caderno**

Primeiro, é importante dizer que este caderno não deve ser tomado como um manual de instruções, a ser seguido à risca. A nossa proposta é que seja mais uma ferramenta que, ao lado das estratégias já desenvolvidas pela turma, inspire caminhos possíveis. Que devem partir sempre dos interesses e das demandas dos estudantes e das suas comunidades, considerando aspectos de espaço e de tempo: do território onde a EFA está localizada, da realidade presente vivenciada, dos significados que se dá ao passado e das perspectivas e projetos de futuro.

Por isso, os caminhos metodológicos aqui sistematizados são exemplos de como as atividades propostas para conhecer e refletir sobre o direito podem ser organizadas. E devem servir de inspiração para a construção de outras atividades dentro do contexto da pedagogia da alternância.

Apesar destes caminhos estarem organizados em uma sequência por temas (que acompanha a sequência dos Cadernos de Diálogos), cada um deles foi preparado para poder ser utilizado também fora dessa sequência. Ou seja, não é necessário seguir a ordem das atividades na sequência apresentada e também para fazer a terceira atividade por exemplo, não é necessário fazer a primeira e a segunda antes. As metodologias podem ser utilizadas uma a uma conforme o planejamento da EFA.

O importante é que cada caminho seja contextualizado, desde a mística até a produção final proposta aos estudantes. Cabe ao monitor, ou a quem estiver à frente da facilitação, adaptá-los e recriá-los com elementos que façam sentido para os educandos a partir da realidade que vivenciam.

A abordagem sobre os conceitos jurídicos feita neste caderno é introdutória, mas, ao mesmo tempo, busca não simplificar a realidade. O direito é apresentado na dinâmica das relações sociais complexas e contraditórias da qual é também parte.

Por isso, é importante conhecer e analisar o contexto local, e identificar os conhecimentos dos estudantes sobre a sua realidade e sobre o tema que será abordado. Assim, começamos a caminhada refletindo sobre “Quem somos”, para lembrar que antes de qualquer percurso é preciso saber sobre si e de onde se parte.

## Sobre a mística

A mística é parte das formações da AATR e das organizações populares em geral, que se inspira nos processos formativos e nas ações dos movimentos do campo.

Assim, no início de alguns dos caminhos metodológicos deste caderno, sugerimos um momento de mística. Eles são inspirações e são exemplos de como a mística pode estabelecer relação com a atividade proposta.

O/a monitor/a pode (e deve) criar outras místicas, e principalmente estimular que os/as próprios/as estudantes preparem este momento de mística que inicia a atividade.

A mística não se resume a esse momento inicial, ela deve perpassar todo caminho metodológico, com elementos simbólicos que façam sentido para os/as estudantes.

É através da mística que se reafirmam os valores e projetos dos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades. É um momento em que (re)lembramos as histórias de lutas e as razões pelas quais se luta, e em que se desenha o horizonte que se quer construir através da organização coletiva.

Na mística, o ritual se faz vivo e alimenta a nossa alegria e a nossa esperança, sem abrir mão da crítica social.

**A educação é também um processo criativo,  
tanto para o/a educando/a, como para o/a  
educador/a!**

## Então, vamos percorrer caminhos junto/as? Quais passos podemos dar inicialmente?

- Prepare o ambiente: organize as cadeiras de acordo com a atividade (que tal um círculo?), e peça para que os/as estudantes tragam elementos simbólicos que os representem e que dialoguem com o tema da atividade.
- Crie um espaço em que os estudantes se sintam acolhidos, seguros e à vontade para falar e tirar dúvidas.
- Incentive as partilhas de saberes, histórias, ajudas, olhares, risos.
- Proponha jogos, músicas e danças (desde as mais conhecidas, mas também outras).
- Alimente nos estudantes a curiosidade e a vontade de buscar saber, de investigar e de pesquisar.
- E não esqueça de contar pra gente como foi utilizar os caminhos metodológicos, as dificuldades que encontraram, o que deu muito certo, e as adaptações e novas ideias que surgiram!

### Para dar continuidade

O caminho não termina no caderno. Por isso, ao final de alguns dos caminhos metodológicos vocês irão encontrar uma proposta de atividade para dar continuidade à reflexões iniciadas e que pode também ser parte do tempo-comunidade.

Para nós da AATR ainda é um desafio pensar como a educação jurídica popular e as metodologias propostas neste caderno podem ser integradas aos currículos das EFAs, estabelecendo relação com a Pedagogia da Alternância. Mas entendemos que esta resposta só é possível com a prática: com o próprio caminhar.

## 4. Caminhos metodológicos

Vocês irão encontrar neste caderno 9 caminhos metodológicos que sistematizam atividades sobre noções gerais do direito e de áreas específicas do direito. Os temas foram escolhidos com base em experiências anteriores com comunidades rurais, diante de demandas que geralmente vão ao encontro da realidade destas famílias.

Há também uma proposta, que chamamos de “Quem somos”, que apresenta uma sugestão inicial para a aproximação com a realidade e os conhecimentos dos estudantes, e também para a aproximação dos estudantes e educadores entre si.

E, no final do caderno, há um último caminho com atividades que buscam avaliar o percurso feito.

### 4.1 - Quem somos?

O primeiro momento das atividades de educação jurídica popular realizadas pela AATR é sempre voltado para que mediadores/as e turma se conheçam e juntos/as levantem as principais reflexões e demandas dos sujeitos educandos, considerando suas realidades. Além disso, é fundamental, desde o momento inicial, a construção de um espaço de acolhimento e confiança, buscando sempre garantir a partilha de saberes nas atividades.

Compartilhamos aqui algumas destas atividades, que podem ser realizadas separadamente, ou junto com uma das outras atividades propostas neste Caderno, adaptando às especificidades de cada tema.

A pergunta que ecoa no título desta atividade está voltada não somente aos estudantes- educandos, mas também para o/a educadora. O olhar sobre o outro é sempre a partir da perspectiva de quem olha. Por isso é importante que o/a educadora compreenda também o seu próprio lugar.

## Atividade inicial

A/o monitora irá guiar os/as estudantes em caminhada pelo espaço da atividade, dando indicações para algumas ações:

- Os/as estudantes devem caminhar pelo espaço, buscando ocupar os espaços vazios da sala.
- Parar diante da pessoa mais próxima e olhar nos olhos. *Como eu estou nesse momento? Como está minha respiração? Como está meu corpo? Há tensão?*
- Voltar a caminhar. Agora mais conscientes do espaço e do corpo no espaço, mantendo o olhar na altura do horizonte e leve, como quem observa sem preocupação.
- Ao sinal do monitor, todas/os devem parar novamente em frente a pessoa mais próxima. Observar a outra pessoa. O quê, nela, é diferente de mim? O que nos separa? o que temos de semelhante? O que nos une?
- Ao final, é possível fazer uma roda de conversa para a partilha das percepções e reafirmação dos elementos de identificação e união do grupo.

## Atividade 1

### 4.1.1 - Desenhando o corpo-território

#### 4.1.1.1 - Materiais que serão utilizados:

Pilotos, lápis colorido, tesoura, cola.

Obs: outros materiais podem ser utilizados, como terra, folhas, gravetos, e o que estiver disponível.

#### 4.1.1.2 - Tempo da atividade: 2h

#### 4.1.1.3 - Passos:

**Passo 1-** Cada estudante irá desenhar o contorno do corpo em um papel (A4 ou metro). Em seguida, cada pessoa preenche o seu contorno com o uso de materiais disponíveis na sala, ilustrando suas características externas e internas: personalidade, atuação, profissão, origem, comunidade, e forma de se relacionar com o exterior. Desenhar elementos que ajudem a caracterizá-la (barco, dança, filhos etc).

**Esta atividade pode ser feita individualmente ou em grupo.**

Sendo em grupo, um único corpo, contornado em papel metro, deverá ser desenhado por todo o grupo. Neste caso, os objetivos da atividade se voltam para o conhecimento sobre a coletividade de estudantes, seus pontos em comum e suas singularidades.

#### **Passo 2 - Apresentação:**

- Cada estudante irá apresentar seu desenho.
- O monitor deve identificar, nas apresentações, as falas significativas sobre o ponto de vista do estudante e da comunidade em relação à sua realidade.

#### **Falas significativas e escuta comprometida, compreensiva, interpretativa e crítica**

##### **O que observar nas falas dos estudantes:**

Situações concretas vivenciadas; quais as contradições e conflitos sociais opressivos existentes nas comunidades; qual a percepção dos estudantes sobre estas contradições sociais vivenciadas; quais delas são naturalizadas pelo estudante ou pela comunidade; se há alguma dissociação entre aspectos macrossociais da estrutura da sociedade e aspectos da realidade local; registrar falas que enunciem visões de mundo.

O/a monitora deve buscar apurar seu olhar também sobre os aspectos da realidade das comunidades dos estudantes que possam ser relacionados aos temas relacionados ao Direito que serão trabalhados em atividades futuras, em especial aos conflitos vividos pela comunidade.



## 4.1.2 - Desenhando nosso mapa Cartografando relações e conflitos

### 4.1.2.1 - Materiais que serão utilizados:

Papel metro, pilotos, lápis colorido, tesoura, cola.

Obs: outros materiais podem ser utilizados, como terra, folhas, gravetos...

### 4.1.2.2 - Tempo da atividade: 2h

### 4.1.2.3 - Passos:

**Passo 1** - Dividir a turma em grupos. O critério para o agrupamento dos participantes pode ser o da microrregião, ou a partir das características das comunidades de que fazem parte (fundo fecho de pasto; comunidade quilombola). Essa divisão facilita a produção do mapa, mas é possível que seja uma divisão aleatória.

**Passo 2** - O/a monitora dará as orientações para a produção do mapa:

Os grupos deverão desenhar as paisagens que fazem parte dos lugares em que vivem. Paisagem que é natural, mas também reconfigurada e criada pela intervenção humana: a geografia local (se tem morros ou chapadas, rios), o tipo de vegetação;

O mapa deve expressar como as comunidades se relacionam com o meio ambiente: como organizam o espaço para moradia e trabalho? Quais as atividades econômicas desenvolvidas? Quais os espaços coletivos? e os lugares de memória?

Quais as principais ameaças ao meio ambiente no território em que vivem?

Há ou já houve algum conflito ou luta da sua comunidade envolvendo o meio ambiente?

**Passo 3** - Apresentação dos mapas.



## 4.2 - Conhecendo o Estado Entes Federativos, funções dos Poderes e participação popular

### 4.2.1 - Objetivos:

- Visualizar, de maneira geral, a estrutura e organização do Estado brasileiro atual, considerando as instâncias federativas (União, Estados e Municípios) e as 3 funções dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);
- Identificar as principais funções dos órgãos do Estado;
- Compreender que os entes federativos possuem competências específicas;
- Problematizar a relação das comunidades locais com as estruturas do Estado, buscando identificar onde existe e onde é possível a participação popular e o controle da administração pública pela população;
- Identificar o Estado como estrutura que reproduz as relações de opressão de classe, gênero e raça, através do perfil das pessoas que compõem a estrutura formal do estado, mas também enquanto uma lógica de organização da realidade.

### 4.2.2 - Introdução:

Sobre o chão, este do território em que se pisa, vamos construir, em grupo, um mapa da organização política administrativa do Estado brasileiro: dividido em entes federativos e composto de órgãos com funções e competências específicas. Vamos também “cavucar”, escavar nas brechas do Estado, onde identificamos a possibilidade da participação popular.

É importante conhecer sobre o “papel” da lei, e ver o que é aparente no Estado, sua estrutura organizativa formalmente regulada pelo Direito, para entendermos que Estado e Direito são mais do que essas estruturas. São também relações sociais, construídos de gente, terra, tempo histórico, conflitos e projetos em disputa.

### 4.2.3 - Onde encontrar o tema nos Cadernos de Diálogos:

Caderno nº 01 - páginas 20 a 34.

### 4.2.4 - Tempo da atividade: 1:30h

#### 4.2.5 - Materiais que serão utilizados:

- Mapas grandes do Brasil, da Bahia e do município (este poderá ser desenhado por um voluntário da turma);
- Tecido para dispor os mapas sobre o chão;
- 03 círculos coloridos para cada um dos 03 Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Tarjetas com nomes dos órgãos de cada Poder;
- Tarjetas do MP e da Defensoria;
- Círculos com outros órgãos que compõem o Estado;
- Tarjetas com estrutura hierárquica do judiciário: órgãos que compõem as instâncias;
- Pessoas em papel (bonequinhos de papel).

#### 4.2.6 - Passos:

**Passo 1** - Antes de iniciar a organização do mapa, fazer um diagnóstico sobre o que a turma compreende sobre o tema, através da pergunta inicial: para vocês o que é o Estado?

**Passo 2** - Distribuir para os participantes as tarjetas (Ex: Prefeito, Governador, Deputados Federais, etc) e pedir que, um a um, encaixem elas nos círculos coloridos dispostos sobre cada mapa. Toda a turma deve contribuir com quem estiver com a tarjeta, para apontar onde cada uma delas será colocada.

**Passo 3** - Gradativamente, conforme o mapa for sendo preenchido, analisar os mapas da estrutura do Estado, através da exposição dialogada.

#### Ordem de construção do mapa:

- Iniciar com as tarjetas dos órgãos que compõem as funções dos Poderes. Identificar as funções, e mencionar a divisão de competência entre os entes da Federação.
- Acrescentar os círculos com outras instituições que compõem o Estado

Sugerimos alguns órgãos que são importantes diante da realidade do campo e das possibilidades de atuação popular diante do Estado. Mas é possível acrescentar outros, de acordo com os temas trabalhados no currículo da Escola. No verso de cada uma dessas tarjetas está a indicação de onde ela deve ser encaixada.

- Se o/a facilitador/a estiver à vontade com o tema, pode apresentar o Ministério Público e a Defensoria Pública, instituições que não compõem a estrutura dos poderes, montando com as tarjetas a tabela com algumas de suas atribuições.

O caderno n.01, entre as páginas 31 e 34, tem informações sobre a atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública. O sítio eletrônico destas instituições também têm informações importantes e de fácil acesso sobre suas estruturas e funcionamento:

Ministério Público do estado da Bahia <https://www.mpba.mp.br/>

Ministério Público Federal <http://www.mpf.mp.br/>

Defensoria Pública da Bahia <https://www.defensoria.ba.def.br/>

Defensoria Pública da União <https://www.dpu.def.br/>

A visita, pelos estudantes, aos sítios eletrônicos, buscando identificar como as instituições podem atuar na defesa dos direitos de suas comunidades, pode ser uma maneira de dar continuidade às atividades deste caminho metodológico.

**Passo 4** - Os estudantes devem localizar onde, na estrutura representada, é possível a participação popular. Sobre o mapa eles devem colocar os recortes de pessoas em papel.

**Passo 5** - Sugerimos que, ao final, seja exibido o vídeo “Como o Estado brasileiro se organiza?”, disponível no kit pedagógico que acompanha este caderno.



## 4.3 - Linha do tempo espaço Revisitando alguns marcos históricos

### 4.3.1 - Objetivos:

- Compreender o Estado e o Direito como projetos de uma classe social e, no caso do Brasil e da América Latina, como projeto colonial racista, mas também como resultado de um processo histórico de disputas realizadas pelos povos;
- Observar o Direito na sua relação com as outras estruturas sociais, como o Estado e os agentes econômicos;
- Perceber que existem interesses contraditórios em disputa na sociedade;
- Analisar diferentes formas de como as populações negras, indígenas e rurais demandam do Estado ao longo do tempo, não apenas resistindo e se revoltando, mas também construindo conhecimento e formas alternativas de existência e de organização;
- Despertar a curiosidade sobre fatos históricos importantes do processo de lutas e garantia de direitos.
- Visualizar a Constituição Federal de 1988 como um resultado dessas tensões e lutas, por isso contém em seu texto também essas contradições;
- Perceber que, sendo construção histórica, o Estado é uma das formas possíveis de organização social, não sendo estanque e imutável;
- Compreender que momentos históricos diferentes possuem relação entre si, representando a continuidade de interesses de determinadas classes sociais.

**«A história do Brasil é uma história  
escrita por mãos brancas.»**  
(Beatriz Nascimento)

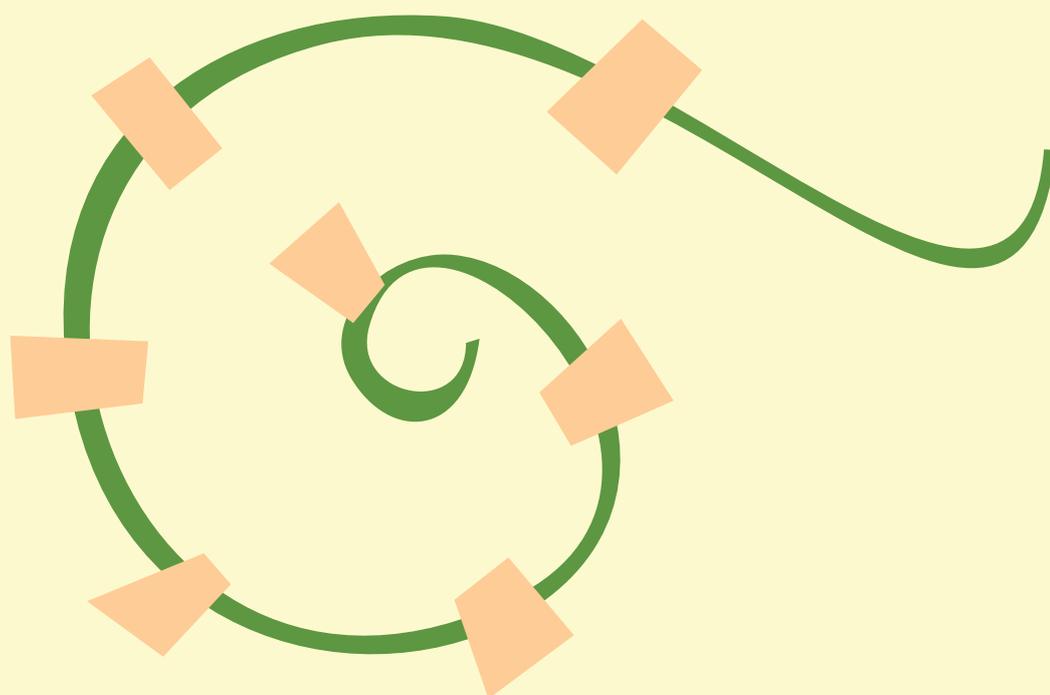
### 4.3.2 - Introdução:

A forma como o Estado está organizado hoje, assim como a própria existência do Estado e do Direito como os conhecemos são resultados dos mesmos processos históricos que formaram a nossa sociedade. O mesmo processo em que o modo de produção capitalista se torna hegemônico e que funda a Sociedade Moderna. Vamos conhecer um pouco de como se deu esse processo na construção do Estado brasileiro, a partir da análise de alguns marcos históricos.

Um fio, a nossa linha do tempo, irá nos conduzir nesse caminho. Linha que não deve ser compreendida aqui como linearidade, como encadeamento sucessivo e cronológico de acontecimentos. Também não é a linha da palavra escrita que grafa os documentos históricos que vamos apresentar. Mas linha que deve ser compreendida nos seus sentidos literal e ao mesmo tempo poético: uma linha com a qual se costura retalhos ou se tece artesanalmente, e que inscreve, nos nossos corpos e territórios, as marcas das cosmovisões - das concepções de tempo e de espaço - dos diferentes povos que pisaram e pisam no chão destas terras.

Tomaremos, como não poderia deixar de ser, o presente como ponto de partida: um “instante de perigo” no qual o passado relampeja e aparece como imagens, e uma encruzilhada onde muitos tempos se encontram e muitos caminhos são possíveis.

Fazemos, aqui, referência às teorias e reflexões sobre história e tempo de Walter Benjamin, Nei Lopes, Luiz Antônio Simas, Luiz Rufino, Leda Maria Martins e Muniz Sodré. Autores que nos ajudam a deslocar o olhar de uma perspectiva eurocêntrica.



### 4.3.3 - Onde encontrar o tema nos Cadernos de Diálogos:

Caderno nº 01 - páginas 13 a 20.

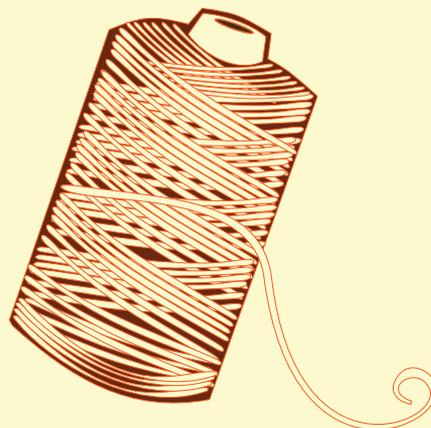
Caderno nº 02 - páginas 10 a 16, sobre a história de ocupação das terras no Brasil.

### 4.3.4 - Tempo da atividade: 1h 30min

### 4.3.5 - Materiais que serão utilizados:

Novelo de barbante;

Imagens e textos com as referências históricas.



### 4.3.6 - Passos:

#### Mística:

Em um círculo, um/a monitor/a passa um cordão/barbante entre os/as estudantes, prendendo as pessoas nesses fios, demarcando e repartindo os espaços entre elas, como cercas. Enquanto isso, outro/a monitor/a faz a leitura de dados atuais sobre a distribuição de terras e de renda no Brasil:

80% das propriedades rurais tem até 50 hectares. Essas propriedades ocupam menos de 13% da área total dos estabelecimentos rurais. Os grandes latifundiários, que possuem mais de 2,5 mil hectares, representam 0,3% das propriedades e têm 33% das áreas de fazendas do Brasil. Esses dados são do Censo Agropecuário no Brasil, do IBGE, de 2020.

Quando todo espaço estiver “cercado”, inicia-se a leitura de outro texto:

Fogo!... Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos.

Fogo!... Queimaram Canudos,  
Nasceu Caldeirões.

Fogo!... Queimaram Caldeirões,  
Nasceu Pau de Colher.

Fogo!... Queimaram Pau de Colher...

E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando.

Porque mesmo que queimam a escrita,  
Não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos,  
Não queimarão os significados.  
Mesmo queimando o nosso povo  
Não queimarão a ancestralidade.

Nego Bispo - Antônio Bispo dos Santos – Quilombola de Saco-curtume  
em São João do Piauí/PI

Falar nomes de experiências históricas populares e de referências de luta, seguidos da saudação “presente!”, e concluir com a provocação para que cada pessoa diga também seu nome e nomes de referências de luta da região.

Presente, presente, presente!  
Nossos ancestrais não morreram, encantaram-se. Que nós estejamos também presentes ainda em vida!

Esse mesmo cordão, colocado sobre o chão no próximo momento deste caminho, será a linha do tempo que irá guiar a atividade.

**Passo 1** - Preparar a “linha do tempo” no chão, em formato de espiral, e distribuir as imagens e textos entre o grupo, buscando voluntários para a leitura dos textos.

Nesse momento, colocar uma música. Sugestões de músicas: Tempo II, de Siba; Cantiga de Histórias, de Socorro Lira e História para ninar gente grande, de Estação Primeira de Mangueira.

**Passo 2** - Na ordem da numeração de cada documento histórico que irá compor a linha do tempo, o texto ou imagem deve ser apresentado a toda a turma. A leitura do texto ou imagem deve ser seguida de breve diálogo, provocado por algumas perguntas que busquem contextualizar o momento histórico e ressaltar os elementos que se opõem na relação entre discurso oficial, legislação e demandas populares, e nas contradições entre os interesses sociais e econômicos divergentes. Mais a seguir apresentaremos alguns dos pontos que podem ser abordados.

**Passo 3** - Cada estudante, após a leitura de cada documento, irá colocá-lo na linha espiralar do tempo, sobre o cordão no chão, escolhendo o lugar que entender mais adequado.

**Passo 4** - Ao final, com a leitura de todos os documentos, questionar o que eles acham da organização dos acontecimentos na linha do tempo. *Tem alguma relação entre esses acontecimentos que chame atenção de vocês? Vocês querem reorganizar a linha do tempo?* Fazer algumas reflexões sobre as noções de tempo e de história, ressaltando que a historiografia oficial normalmente trata o tempo de maneira linear, como se a história seguisse ao progresso, mas, quando olhamos para a história, fazemos a sua leitura a partir do presente, a partir dos interesses e das percepções de mundo de quem olha.

**Passo 5** - Voltar para o momento presente: *Vocês veem alguma relação entre estes acontecimentos e o momento presente?*

### Tempo e história

O **Sankofa** é um símbolo do povo Akan, habitantes da África Ocidental, traduzido como: *“Retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”*

Uma das representações desse símbolo, que se assemelha à representação ocidental do coração, pode ser vista em gradis antigos das cidades do Brasil. Gradis sem a assinatura dos trabalhadores que os fizeram, mas que escrevem na arquitetura das cidades a presença desse povo e o trabalho e os saberes de quem foi excluído da história oficial. Quem sabia ler essa grafia, entendeu os registros.

Assim, a gente pode se perguntar também, sobre as histórias, de dores, lutas e de belezas, que não nos são contadas pela historiografia oficial, mas que formam o presente que vivemos.

Sendo, você, um sankofa, o que você voltaria pra pegar no passado? Será que parte disso não está também presente no tempo de agora?



## **Marcos históricos sugeridos, em ordem de apresentação, e debates propostos:**

### **1- 1500 - Chegada dos portugueses ao território de Pindorama.**

**Reflexões:** Este é o primeiro marco histórico que escolhemos para começar a compreender a nossa história! Pedir que a estudante coloque a imagem na linha do tempo, sem outras orientações. Caso haja questionamento sobre o lugar na linha em que deve colocar, orientar para localizar onde quiser. Agora, nós somos as e os construtores dessa linha do tempo! A monitora deverá problematizar essa questão na finalização da atividade.

### **2- 1770 - Carta de Esperança Garcia.**

**Reflexões:** A partir da leitura do texto, quem foi Esperança Garcia? A quem ela escreve esta carta? o que ela diz na Carta? Neste ponto, é importante apresentar Esperança Garcia como sendo uma mulher negra, escravizada, que escreve uma espécie de petição ao governador da capitania onde hoje é o estado do Piauí, portanto, uma advogada, que teve sua história reconhecida recentemente.

#### **Para conhecer mais:**

<http://www.oabpi.org.br/esperanca-garcia-e-destaque-em-materia-da-folha-de-sao-paulo/>

### **2- Imagem de Esperança Garcia**

### **3- 1888 - Lei Áurea**

**Reflexões:** questões como as colocadas por Esperança Garcia em sua carta, cem anos antes, estão, a partir dessa data, resolvidas? A Lei muda a realidade? Problematizar a forma como se dá a abolição da escravidão, sem que nenhum outro direito e condição digna de vida sejam garantidos aos escravizados agora libertos.

### **4- 1798 - Revolta dos búzios**

Fonte do texto: <https://www.institutobuzios.org.br/revolta-dos-buzios/>

**Reflexões:** questionar se os estudantes já ouviram falar nesse lema de “liberdade, igualdade e fraternidade”. A referência a este acontecimento histórico propõe fazer relação com o que está acontecendo em outro lugar do mundo - a Revolução Francesa - que é um marco histórico na formação do Estado Moderno e do Direito Moderno, nos princípios jurídicos de igualdade e de liberdade. Aqui, é importante que o/a monitor/a tenha em mente que a referência a estes princípios aparecerão também em marcos históricos seguintes, que serão abordados nesta atividade, pois estes princípios são apropriados e transformados pelo discurso dominante e se tornam a justificativa para o acesso restrito à terra e para a exploração através do trabalho assalariado como.

Esta referência à Conjuração Bahiana deve servir também para questionar a declaração da extinção da escravidão como decisão da Princesa Isabel, colocada como heroína, e afirmar esta transformação histórica como um processo de lutas realizado de diversas formas pela população negra.

#### **5- Imagem dos principais conspiradores**

#### **6- 1870 - Referência ao processo judicial em que Luiz Gama atua.**

Fonte: <https://racismoambiental.net.br/2021/05/09/a-desconhecida-acao-judicial-com-que-advogado-negro-libertou-217-escravizados-no-seculo-19/>  
Para conhecer mais: Filme Doutor Gama, de Jeferson De, 2021

#### **7- Imagem de Luiz Gama**

#### **8- 1876 - Exemplo de greve envolvendo trabalhadores escravizados e libertos, liderada por João de Mattos.**

**Reflexões:** como os trabalhadores atuam neste caso apresentado? Aqui, algumas questões podem ser problematizadas: a organização da classe trabalhadora através de uma associação, ou seja, uma organização formal, e, ao mesmo tempo, a sua atuação em desobediência à lei da época, atuando clandestinamente e falsificando documentos.

#### **Para conhecer mais:**

MATTOS, M. B. . Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo - RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo - RS: ANPUH, 2007.

<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcelo%20Badar%203%20Mattos.pdf>

## 9- 1887 - André Rebouças e a defesa da abolição junto com a redistribuição de terras.

**Reflexões:** havia diversos projetos em disputa na sociedade. Será que essa proposta de André Rebouças foi implementada pelo Estado brasileiro? por que? a quem esta proposta interessa?

### Para saber mais:

<http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.45.pdf>

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578891-abolicao-da-escravidao-em-1888-foi-votada-pela-elite-evitando-a-reforma-agraria-diz-historiador>

## 10 - 1850 - Lei de Terras

**Reflexão:** O que diz esta lei? Já que a distribuição das terras do Brasil não depende mais da escolha feita pelo rei, como foi feito até este momento, e qualquer pessoa pode comprar, então, agora, o acesso à terra se torna mais fácil, não é?

Após o debate gerado por esta pergunta, fazer uma pequena encenação sem dizer nada antes aos estudantes: entregar um papel escrito “propriedade” a um grupo de estudantes, e pedir que eles se retirem de suas cadeiras. A partir da reação, problematizar a violência que esta lei significou para os povos que ocupavam o campo. *Quem tinha dinheiro pra comprar essas terras? O território brasileiro estava desocupado? O que aconteceu com quem não podia comprar terra do Estado? O Estado brasileiro fez a opção histórica pelo grande latifúndio.*

## 11- Fotografia de trabalhadores na rua de São paulo em greve geral de 1917.

## 12 - Fotografia de trabalhadores na rua do Rio de Janeiro em greve geral de 1917.

Observar que há mulheres também participando da greve.

## 13 - 1943 - Imagem de Getúlio Vargas e a referência à promulgação da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

**Reflexão:** Problematizar o que o texto afirma. E estabelecer relação com o discurso oficial sobre a “libertação dos negros escravizados”. O discurso da dádiva como uma forma de invisibilizar a luta da classe trabalhadora. *As leis sociais trabalhistas foram criadas por iniciativa própria do Governo? Esse discurso foi utilizado antes na nossa história?*

Antes da leitura do próximo documento, entregar um papel a um estudante, novamente em uma breve teatralização: um contrato de trabalho. “Já que você é uma pessoa livre e igual a mim, eu compro parte de seu tempo para que você trabalhe durante este tempo em minha terra. Em troca, te pago com um salário”.

Com o fim da escravidão, o trabalhador não é mais considerado como a própria mercadoria comprada e vendida. Mas agora, dotado de liberdade e igual juridicamente ao patrão, pode estabelecer com ele um contrato para ele mesmo vender a mercadoria da qual é dono: seu tempo de trabalho. O contrato é o instrumento jurídico que passa a mediar as relações entre trabalhador e empregado, assim como a matrícula de propriedade da terra vai mediar a relação das pessoas (proprietárias) com a terra (que se torna uma mercadoria).

**14- 1888 - Referência novamente a João de Mattos e às greves realizadas pelos trabalhadores escravizados e livres.**

**15- Imagem de movimento de sindicato de trabalhadores rurais.**

**16- 1955 - Ligas camponesas**

**Para conhecer mais:**

<https://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>  
<http://www.ligascamponesas.org.br/>

Vídeo: [https://youtu.be/QiqLSxHF2\\_A](https://youtu.be/QiqLSxHF2_A)

Filme: *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho  
Acho que precisa explicar um pouco das Ligas

**17- 1988 - Imagem da Constituição Federal de 1988.**

A Constituição é a principal lei do nosso ordenamento jurídico.

**18- Imagem antiga retratando os povos indígenas sem a presença dos portugueses.**

Observar em qual lugar da linha do tempo a imagem será colocada, e se havia espaço antes do marco da invasão portuguesa. Há história antes dos portugueses invadirem esse território e iniciarem a criação do Estado que chamamos de Brasil? Era igual ao que vivemos hoje?

**19- Argumento de Luiz Eloy Terena no julgamento do Marco temporal Indígena.**

**20- Argumento de Samara Pataxó no julgamento do Marco temporal Indígena.**

**Para saber mais:**

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/27/o-que-e-o-marco-temporal-sobre-terras-indigenas-entenda-o-que-esta-em-jogo-no-julgamento-do-stf.ghtml>

<https://cimi.org.br/2021/09/sustentacoes-orais-favoraveis-povos-indigenas-stf/>

**Dando continuidade à atividade:**

Tecendo outras narrativas

Temos o direito de contar nossa própria história?

Qual a história de formação/constituição do território local onde está localizada a EFA?

Essa proposta de dispositivo para a criação de uma narrativa parte da história de cada comunidade, a partir da perspectiva do estudante que a conta, para chegar em uma história da região, com conexão com a história mais geral. A atividade está dividida nos seguintes passos:

- Em um primeiro momento, juntos e em roda, cada estudante deve contar a história de formação do território da comunidade em que vive.
- Em uma roda de diálogo, os estudantes devem identificar os pontos em comum entre as histórias, onde elas se cruzam, e também onde elas se cruzam com a história do país. cabe a/ao monitor/a guiar o diálogo, buscando enfatizar a relação entre os saberes e os fazeres, as formas de trabalho, a relação como o território e com a terra, as relações de poder e os conflitos. Para a proposta deste trabalho, é importante também identificar os momentos em que a lei ou o contrato, de alguma forma, aparecem. Este é o momento também de identificar os pontos e acontecimentos históricos importantes.



Lined writing area with 25 horizontal lines.

## 4.4 - Jogo para construir uma associação Debatendo a organização da juventude rural

### 4.4.1 - Objetivos:

- Refletir sobre as razões para se organizar coletivamente, e especificamente sobre as razões da juventude rural e suas pautas;
- Refletir sobre as formas de organização e de gestão democrática;
- Aproximar a juventude de um tipo importante de organização formal nas comunidades, despertando o interesse pela participação política e comunitária;
- Conhecer a criação, funcionamento e manutenção de uma associação, e as regras que regem este tipo de organização.

### 4.4.2 - Introdução:

Através de um jogo de tabuleiro montado no chão, vamos percorrer um caminho com o passo-a-passo para montar uma associação, e, assim, conhecer alguns pontos importantes de um Estatuto Social de uma associação. Nesse trajeto, o que nos moverá são os debates sobre organização popular e juventude rural. Todos serão convidados a olhar para as potencialidades e necessidades das comunidades dos participantes e para as especificidades da juventude nesses contextos. Quem é a juventude rural, e o que essa juventude quer e pode fazer?

### 4.4.3 - Onde encontrar o tema nos Cadernos de Diálogos:

Sobre Juventude Rural: Caderno nº 01 - páginas 03 a 10. Caderno nº03 páginas 08 e 09.

### 4.4.4 - Tempo da atividade:

Momento 01: 2:45h

Momento 02: 2:30h

#### 4.4.5 - Materiais que serão utilizados:

##### Momento 01:

- Cartões de papel ou cartolina coloridas (três cores);
- Material para compor a terra, o tronco e a copa da árvore (peças de tecido, esteira, papel metro).

##### Momento 02:

- Tabuleiro: cartões de cartolina com as etapas; setas de papel; círculos com numeração da equipe; fita adesiva para prender os cartões no chão;
- Cartolina ou papel metro para registro das tarefas pelos grupos.

#### 4.4.6 - Passos:

##### Momento 01: Nossa árvore comunitária

**Passo 1** - Entregar a cada pessoa três pedaços de papel para responder, com uma palavra ou frase curta, as perguntas seguintes:

O que, no meu território, me faz querer permanecer? As respostas serão as raízes.

O que queremos para a comunidade? As respostas serão o tronco.

O que eu posso oferecer para a comunidade? As respostas serão a copa da nossa árvore.

**Passo 2** - Enquanto respondem, colocar uma música. Sugestões: "É tudo pra ontem", de Emicida; "Boa hora", de Alessandra Leão.

**Passo 3** - Pedir que, ao terminar de escrever, cada pessoa coloque seus papéis na árvore.

**Passo 4** - Ao final, disponibilizar um tempo para que todas as pessoas olhem a árvore e possam ler alguns dos papéis que a compõem.

##### Momento 02: Jogo da construção da associação

**Passo 1** - Preparar o "tabuleiro" no chão, com os cartões. Esse caminho terá as seguintes etapas:

1- Mobilização

2- Elaboração do estatuto

2.1- Objetivos e finalidades

2.2- Formas democráticas de gestão

Varição: aqui é possível inserir outras etapas, ampliando o debate:

2.3 - Direitos e deveres dos associados

2.4 - Fontes de recursos

3- Assembleia de aprovação

4- Registro no cartório e CNPJ na receita federal

5 - ?

**Passo 2** - Dividir a turma em grupos (6 pessoas é um bom número para que a conversa aconteça dentro do grupo);

**Passo 3** - Explicar as regras gerais do jogo:

Em cada etapa, cada grupo deverá cumprir uma tarefa, em um tempo que será indicado pelo/a monitor/a. Cada uma dessas tarefas corresponde a um aspecto importante do Estatuto de uma associação. A resposta para cada tarefa deverá ser registrada na cartolina que o grupo receberá, e será lida por um representante do grupo (e que tal revezar esse representante entre os membros do grupo?). As respostas deverão ser avaliadas por todos os grupos, a partir de provocações feitas pelo/a monitor/a. A cada etapa cumprida, os grupos irão dar um passo no caminho, indo para a próxima etapa.

### **Orientações específicas por etapa:**

(e questões a serem problematizados pelo/as monitores/as)

### **1- Mobilização**

Indicar duas estratégias para mobilizar os associados. Uma dessas tarefas deve ser voltada para a juventude. Lembrar que, na comunidade, há pessoas com idades diferentes, e que é preciso chegar no máximo de pessoas possível. Cada comunidade tem também suas especificidades e formas próprias de “juntar gente”. Alguns exemplos de estratégias que podem ser citados para estimular os grupos: mandar mensagem no whatsapp; ir tomar um cafezinho nas casas das moradoras; convocar na igreja; fazer um mutirão.

## **2- Elaboração do Estatuto**

As pessoas estão mobilizadas e animadas para se organizarem em uma associação. Agora é preciso garantir que a participação de todas as pessoas no processo de criação será respeitada. Como garantir esse respeito dentro do próprio grupo de estudantes durante o jogo? O grupo deverá conversar e definir estratégias para que isso aconteça.

### **2.1 - Definir objetivos e finalidades**

Os objetivos ou finalidades da associação devem considerar as identidades e potencialidades do território, e, portanto, dos diferentes grupos de pessoas que nele vivem. Então, agora, o grupo deverá voltar à árvore e escolher um papel de cada parte da árvore. A partir do que está escrito nesses papéis, o grupo deve responder a pergunta: O que a comunidade, representada por essa associação, quer e pode realizar? Elaborar três objetivos/ finalidades.

Para o/a monitor/a: a partir das respostas, observar que a associação deve ser sem fins lucrativos. Dentre os objetivos citados, há algum que objetive o lucro? A associação deverá prestar contas também sobre a realização dos objetivos e finalidades. Todos os objetivos e finalidades são viáveis de serem realizados? Há algum impossível e inalcançável? Explicar que os objetivos/finalidades estão relacionados às áreas que a associação poderá atuar e define a possibilidade de acesso à políticas públicas e editais. Por isso, eles devem ser amplos e específicos. Os/as estudantes identificam algum grupo de pessoas que não foi contemplado, mas que deve ser objeto de ações da associação?

### **2.2 - Forma de gestão administrativa**

O Código Civil não estabelece uma forma de gestão específica a ser implementada pelas associações. Cada associação deve definir a sua forma de gestão, respeitando as especificidades das formas de se organizar que a comunidade já possui. Muitas associações optam pelo presidencialismo. No entanto, percebemos que esta forma de gestão representa alguns limites à participação efetiva dos associados, centralizando muitas decisões importantes em uma ou poucas pessoas. O grupo deve pensar em formas e estratégias de organização internas que divida tarefas e que democratize os processos decisórios.

**Para o/a monitor/a:** fazer um debate sobre o que significa democracia. Observar que as associações podem ter outros órgãos de caráter consultivo, científico, técnico, etc., como, por exemplo, os Conselhos Consultivos, e os Comitês Científicos, Técnicos, de Projetos, e de Pesquisa. Estes conselhos e comitês podem agregar, por exemplo, os mais velhos da comunidade, ou a juventude, os parceiros como profissionais das universidades e outras instituições.

### **3 - Assembleia Geral**

A Assembleia é órgão indispensável à existência da Associação. Ela é um órgão deliberativo, onde as decisões sobre as principais questões da associação são tomadas, e é formada por todos os associados. Em toda reunião de Assembleia é produzida uma ata onde é registrado o que aconteceu na mesma. Os grupos ficaram responsáveis por fazer a Ata (neste caso, da primeira Assembleia Geral, para a aprovação do Estatuto, mas poderia ter sido em outra posterior). Nessa reunião aconteceu uma situação que gerou incômodo em alguns presentes: alguns jovens tentaram se pronunciar para expor suas ideias, mas eram constantemente interrompidos por lideranças antigas da comunidade, e as colocações desses jovens eram ignoradas, o que deixou os jovens muito chateados. A situação, no entanto, foi resolvida. Como relatores da Ata, conte o que foi feito para resolver o conflito.

### **4 - Registro no cartório e criação do cnpj na receita federal**

O registro é feito no Cartório de Pessoas Jurídicas da cidade. Além do Estatuto aprovado em Assembleia, e da Ata da assembleia de aprovação (a que foi redigida por vocês) assinada pelos presentes, é necessário também mais duas coisas: quais são elas?

A resposta é; pagar taxas cartoriais e a assinatura de um advogado. Observar que a criação do CNPJ é feita no Site. aqui é importante informar que a criação do CNPJ ocorre porque a Associação é uma pessoa jurídica.

### **5 - ?**

Pronto, a associação foi criada! E agora? A questão colocada agora, a ser respondida pelos grupos é: o que é preciso para manter uma associação?

Os grupos irão listar até cinco obrigações da Associação. O objetivo é acertar ao menos 3 deles.



## 4.5 - Cabo de guerra - Conflitos territoriais e ambientais

### 4.5.1- Objetivos:

- Perceber os conflitos territoriais e ambientais como conflitos complexos, que envolvem muitos interesses e impactos, que podem ser locais ou até mesmo nacionais;
- Problematizar os discursos dos sujeitos envolvidos nos conflitos, principalmente do agronegócio e dos grandes empreendimentos;
- Compreender as funções dos diversos órgãos e instâncias do Estado que atuam na proteção do meio ambiente;
- Perceber o Direito como instrumento na proteção ao meio ambiente e defesa dos territórios, mas que também apresenta limites;
- Investigar as possibilidades de atuação popular na defesa do meio ambiente e dos territórios.

### 4.5.2 - Onde encontrar o tema nos Cadernos de Diálogos:

Para esta atividade é importante que os/as participantes tenham um conhecimento prévio sobre as funções das instâncias do governo e dos órgãos públicos envolvidos no “jogo”, e o papel destes na proteção do meio ambiente. É recomendado que conheçam também as principais normas e instrumentos do direito ambiental. Por isso sugerimos que, antes de fazer esta atividade, seja realizada a atividade sobre a Estrutura do Estado e/ou feita a leitura dos Cadernos de Diálogos.

#### Leituras importantes:

Caderno n.01, páginas 31 a 34.

Sobre o Ministério Público e a Defensoria Pública;

Caderno n. 02, páginas 53 a 57;

Caderno n. 03, páginas 38 a 45; e 65 a 73.

**4.5.3 - Tempo da atividade:** Momento 01: 40min; Momento 02: 1:30h  
Tempo total: 2:10h

#### 4.5.4 - Materiais que serão utilizados:

**Corda para o cabo de guerra;**  
**Placas dos agentes do conflito:**

- > 3 placas escrito “Comunidade/trabalhador rural”;
- > 1 placa escrito “Fazendeiro/empreendimento”;
- > 2 placas escrito “poder econômico”;
- > 2 placas escrito “influência política”;
- > 1 placa escrito “INEMA” (órgão ambiental estadual);
- > 3 placas escrito “organização popular”;
- > 2 placas escrito “Ministério Público”;
- > 1 placa escrito “Juiz”
- > 2 placas escrito “mobilização”;
- > 1 placa escrito “Mídia Ninja” (mídia alternativa);
- > 1 placa escrito “Rede Globo”;
- > 1 placa escrito “Rádio local”;
- > 1 placa escrito “Prefeito”;
- > 2 placas escrito “Vereador”;
- > 2 placa escrito “Secretário municipal”;
- > 1 placa escrito “Governador”;
- > 2 placas escrito “Advogado”;
- > 1 placa escrito “Defensoria Pública”;
- > 2 placas escrito “Organizações parceiras”;
- > 2 placa escrito “Outras comunidades”.

Materiais diversos para produção dos grupos: cartolinas, tesoura, lápis coloridos, revistas para recorte, cola, roupas e objetos que simbolizam os agentes do conflito;

Caso do conflito impresso (momento 02).

#### 4.5.5 - Passos:

##### **Momento 01: Os sujeitos e os interesses em disputa**

**Passo 1** - Entregar para cada estudante uma placa representando um grupo, órgão, ou uma força política.

**Passo 2** - Convidar para montar os “times”. Inicialmente, os times serão formados por 3 pessoas com a placa “Comunidade/trabalhador rural” de um lado e, de outro lado, 1 pessoa com a placa “Fazendeiro/empreendimento”.

**Passo 3** - Questionar aos estudantes sobre quem ganha nesse jogo, e se estão faltando outros agentes. Quais agentes? Por que? De que lado da corda eles estão localizados?

**Passo 4** - Estimular a formação das equipes a partir de questionamentos como: será que o fazendeiro tá só mesmo? O poder econômico e a influência política estão de que lado? E a organização popular é capaz de agregar mais pessoas à luta? E na comunidade, todo mundo é contra ou tem gente que pode estar do lado do fazendeiro? O Estado está de algum dos lados? Mas o Estado não representa a vontade da maioria? E o órgão ambiental, ele vai ficar do lado de quem? E o juiz, o promotor? A justiça não é imparcial? Essas perguntas vão norteando a formação dos times para o cabo de guerra.

**Passo 5** - É importante alertarmos que em cada Município e conflito vamos ter diferentes situações. Por exemplo, em alguns casos conseguimos chamar a imprensa para o nosso lado, já em outra não conseguimos. Despertar a ideia de que algumas vezes, diante da mobilização, conseguimos trazer para o nosso lado alguns sujeitos.

**Passo 6** - Quando todas as pessoas concordarem que os times estão prontos, o jogo do cabo de guerra pode ser iniciado... ou interrompido antes de seu início. Cabe aos monitores avaliarem a possibilidade de realizar essa parte da brincadeira.

## **Momento 02: Os sujeitos e suas estratégias diante do conflito**

**Passo 1** - Enquanto todas e todos se acalmam, provocar um rápido diálogo, trazendo outros elementos de reflexão: As disputas no conflito acontecem dessa forma, como um jogo de forças físicas? Sabemos que a violência física é historicamente usada contra os povos e comunidades do campo, mas as disputas envolvem vários outros aspectos e estratégias, inclusive estratégias jurídicas. Nesta atividade, vamos olhar o conflito a partir do ponto de vista de diferentes sujeitos envolvidos, buscando identificar seus interesses e estratégias. O que tem de comum na atuação e nos interesses dos que defendem as empresas e fazendeiros? E nas comunidades?

**Passo 2** - Dividir a turma em 06 grupos, cada uma representará um sujeito:

- 1 - Comunidade/trabalhador rural;
- 2 - Fazendeiro/empreendimento;
- 3 - Poder local (prefeitura; vereadores; secretarias);

- 4 - Ministério Público;
- 5 - Poder Judiciário;
- 6 - Mídia e opinião pública.

**Passo 3** - Entregar aos grupos o caso de conflito impresso e as orientações para a atuação de cada sujeito.

### **Caso de conflito:**

No município de Cordeiras está sendo iniciado o processo de instalação de uma Pequena Central Hidrelétrica, de responsabilidade da empresa DESENVOLVIMENTO GERAÇÃO DE ENERGIA. A barragem prevê um lago de 10ha (área equivalente a 10 campos de futebol), um barramento de 6 metros de altura e um canal de 7km, que desviará 80% da água do rio e um desmatamento de 20 hectares. O empreendimento irá gerar energia para o funcionamento dos pivôs de irrigação das fazendas de produção de algodão e soja da região, mas irá secar mais de 10km do principal rio, que já sofre o impacto da retirada de água pelo agronegócio. 08 Comunidades tradicionais ribeirinhas, dentre elas Riacho do Navio e Olhos D'Água, correm o risco de ficar sem acesso a fonte de água que usam diariamente para produzir alimento, para pesca, lavar roupa, beber, cozinhar e tomar banho. Além disso, algumas famílias que hoje habitam a área que será alagada precisarão sair de seu território. Existe Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado da Bahia - MP/BA para investigar as irregularidades no processo de licenciamento ambiental, após denúncia protocolada pelas comunidades em parceria com uma ONG e com uma Universidade local.

### **Questões e orientações para cada grupo (entregar apenas a orientação para o grupo correspondente; um não deve ler a do outro):**

1 - Comunidade/Trabalhador rural: Vamos ficar sem água e sem o Território onde construímos nossas histórias, junto com nossos antepassados, e aí?. Quais as estratégias que nós, famílias e comunidades, encontramos para enfrentar a situação pela qual estamos passando?

2 - Fazendeiro/empreendimento: O empreendimento irá gerar emprego e renda, levando o desenvolvimento à região, e está seguindo os procedimentos para o licenciamento ambiental, mesmo assim, há resistência à saída das famílias, que estão se manifestando contra os empreendimentos. O que vocês irão fazer para garantir a instalação da Hidrelétrica? Considerar na argumentação as comunidades; o Poder Judiciário e/ou o poder público (vocês não precisam se referir aos três necessariamente).

3 - Ministério Público: As comunidades procuraram o promotor para a defesa do meio ambiente e dos direitos coletivos das famílias das comunidades. Mas a empresa também argumenta que irá gerar emprego, renda e energia. O que o promotor deve fazer nesse caso? É possível conciliar os interesses?

4 - Poder local (prefeitura; vereadores, secretarias): A empresa argumenta que irá gerar emprego e renda, levando o desenvolvimento para a região, além de gerar impostos para o município. As comunidades, de outro lado, estão se manifestando contra o empreendimento, alegando os impactos ambientais e territoriais que irão sofrer. A região possui bonitas cachoeiras e paisagens, mas é ambientalmente sensível e cabe ao poder público municipal zelar pelo meio ambiente. Como o município irá se posicionar?

5 - Poder Judiciário: A empresa ingressou com ação judicial para retirada das famílias. As famílias se defenderam argumentando os impactos coletivos que irão sofrer. Qual será o posicionamento do Poder Judiciário diante do conflito?

6 - Mídia e opinião pública: A empresa argumenta que irá gerar emprego e renda, levando o desenvolvimento para a região. As comunidades, de outro lado, estão se manifestando contra o empreendimento, alegando os impactos ambientais e territoriais que irão sofrer. A partir de qual ponto de vista vocês irão tratar o que que está acontecendo em Corredeiras? É possível ser neutro? Considerar que existem mídias como a Rede Globo e como a Mídia Ninja, que tipo de mídia vocês serão?

**Passo 4** - Cada grupo vai realizar a leitura e se posicionar sobre o caso a partir do personagem que representa, pensando em argumentos para defender a posição (destacar que nem todos do grupo precisam pensar igual). Cada grupo deverá definir uma linguagem para expor e defender as ideias do grupo que representa (apresentação expositiva; música; poesia; teatro; imagens físicas; vídeo; instalação; cartazes..).

Sugerimos que os grupos tenham 30 min para ler e pensar a sua apresentação.



## 4.6 - Viver, cultivar, criar e dançar a terra: Os direitos dos posseiros

### 4.6.1- Objetivos:

- Identificar que o Direito estabelece diferenças entre a posse e a propriedade;
- Conhecer os direitos dos posseiros;
- Refletir sobre algumas possibilidades de ação dos posseiros diante da ameaça aos seus direitos à terra em que vivem.

### 4.6.2 - Introdução:

São muitas as formas de exercício da posse sobre um território: morar, plantar, criar animais, coletar, pegar água, usar como passagem, rezar, se reunir, festejar. E são muitas as ameaças aos territórios dos pequenos agricultores e das comunidades que tradicionalmente vivem em um determinado território. Saber sobre posse e os direitos decorrentes da posse pode ser decisivo na escolha pela reação diante de uma ameaça. Neste caminho metodológico, propomos também várias ações para conhecer um pouco sobre o assunto: plantar questionamentos, colher informações no livro, dançar, percorrer caminho de passagem pelas memórias e registros antigos.

### 4.6.3 - Onde encontrar o tema nos Cadernos de Diálogos:

Caderno n° 02, páginas 29 a 66.

### 4.6.4 - Tempo da atividade: 1:30h

### 4.6.5 - Materiais que serão utilizados:

Cadernos de Diálogos para leitura;  
Caixa de som;  
Tarjetas com os direitos dos posseiros.

### 4.6.6- Passos:

## Mística:

Durante a música “Saga de Severinin”, de Vital Farias (ou uma outra música sobre o tema), colocar em um lugar central do espaço elementos representativos do território local, e também potes com terra e com água. Na segunda parte da música, desorganizar o mesmo espaço, derramando a terra, se possível, a água. Por último, colocar bandeiras de movimentos e símbolos de luta. Ao fim da música, lembrar de experiências populares na defesa do território, no Brasil e na região: Canudos, Pau de Colher, Contestado...

### Momento 01: A propriedade e o documento da terra

**Passo 1** - O/a monitor/a, com um “papel” em mãos, irá se dirigir a um grupo de estudantes sentados próximos, e irá pedir para que os/as estudantes se retirem de suas cadeiras e do espaço que estão ocupando. A justificativa que será utilizada para essa ordem é a de que o espaço pertence ao/a monitor/a, que tem um documento que comprova a propriedade: a escritura pública registrada no cartório de imóveis. O/a monitor/a deve ser enfático e reafirmar a legitimidade da sua propriedade, comprovada com o documento apresentado. Estimular a reação dos estudantes.

**Passo 2** - Fazer uma roda de conversa para que os/as estudantes compartilhem reflexões sobre a cena e sobre o tema.

**Passo 3** - Algumas perguntas para provocar reflexões: por que sair, ou por que se recusar a sair do espaço? Há algum direito que justifique a permanência e resistência em sair por parte de quem ocupa um pedaço de terra? O documento de escritura pública de um imóvel comprova a propriedade, mas, quem ocupa e usa a terra é o quê? Como os posseiros, que são as pessoas que estão na terra e têm a posse dela, poderiam ter agido?

**Passo 4** - Por fim, convidar o pessoal a entender melhor o que é a propriedade e o que é a posse, no próximo momento.

## **Momento 02: Leitura do Caderno de Diálogos**

**Passo 1** - Para começar a responder às perguntas anteriores, que tem como objetivo despertar a vontade de conhecer mais sobre o assunto, vamos fazer a leitura do Caderno de Diálogos 02, do trecho que trata de posse e propriedade: páginas 29 (1º e 2º parágrafos), 31 (a partir do 3º parágrafo) e 32.

**Passo 2** - Retomar as perguntas feitas antes: (acho que aqui poderíamos simplificar as perguntas feitas antes e trazer nesse momento uma síntese das respostas. Sugestões: O que é a posse? O que é a propriedade? Como comprovar a propriedade? Como comprovar a posse?

### **Respondendo às questões feitas:**

Quem tem a posse de um pedaço de terra, mesmo não tendo a propriedade, tem também direitos sobre ele. Direitos que podem se sobrepor ao do proprietário. Antes de tratar sobre esses direitos precisamos observar dois pontos:

Será que a pessoa que alega ser proprietário é mesmo o proprietário? É importante observar se o documento é verdadeiro, ou se há indícios de que a terra seja grilada.

Para que existam direitos sobre a posse, esta posse deve ser de boa-fé, justa e velha.

## **Momento 03: Xote dos direitos dos posseiros**

**Passo 1** - Colar em cada participante uma tarjeta: alguns terão tarjetas com os nomes dos direitos dos posseiros e outros tarjetas com o significado destes direitos (dos conceitos).

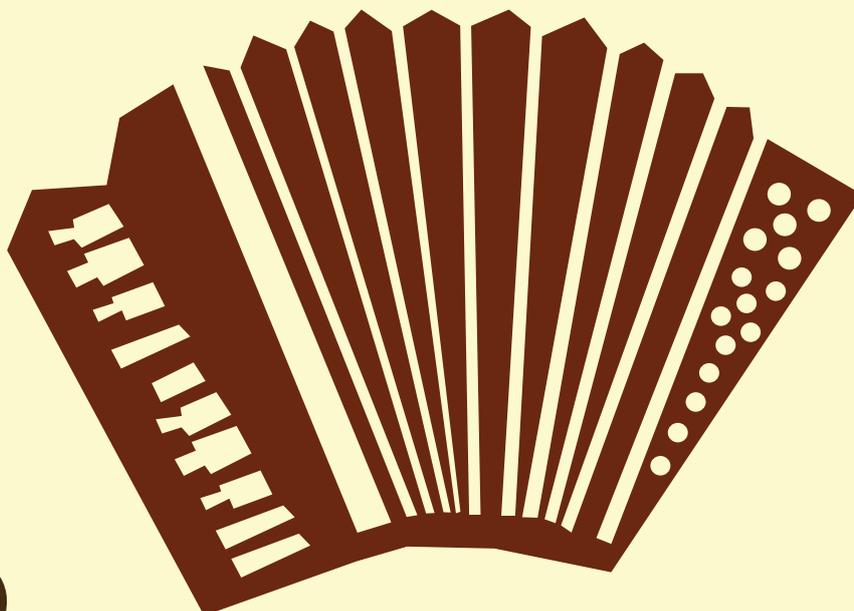
**Passo 2** - Com uma música de forró tocando, cada pessoa deve encontrar seu respectivo par. Música sugerida: Xote Ecológico, de Luiz Gonzaga.

**Passo 3** - Quando todos/as se encontrarem, fazer um diálogo sobre os conceitos.

Abaixo apresentamos como devem ficar os pares:

Direito à proteção por meio das ações possessórias	Poder utilizar ações judiciais para defender a posse
Direito ao desforço imediato	Direito de proteger a sua posse sem precisar ingressar com uma ação judicial, não podendo ir além do necessário para reaver a posse.
Direito de receber indenização por danos	Direito de receber indenização algum tipo de dano injusto em sua posse
Direito de retenção por benfeitorias	Direito de não devolver a posse até ser indenizado pelas melhorias que fez
Direito à regularização fundiária	Direito a “regularizar” a sua situação, quando tiver a posse de boa-fé, e adquirir o título de propriedade
Direito à usucapião	Forma de aquisição da propriedade através de uma posse antiga e contínua

O xote para “parear” os direitos com os seus significados pode ser feito também com outros temas, como os princípios do direito ambiental.



### **Para dar continuidade às reflexões propostas:**

Uma atividade interessante é estimular que os/as estudantes busquem saber qual a situação das terras onde vivem. Proposta de organizar uma exposição coletiva com registros sobre a ocupação e usos, ao longo do tempo, da área da posse das famílias dos estudantes e do território coletivo das comunidades.

Nas ações possessórias - e também em outros procedimentos que podem garantir a posse ou a titulação de territórios tradicionais - é necessário que os posseiros comprovem a posse da terra, ou seja, que utilizam as terras, e o tempo desta posse. Esta proposta de atividade é uma maneira de estimular os estudantes a fazerem o registro fotográfico e com outros materiais sobre a posse da terra em que vivem e preservar os registros e documentações existentes, contribuindo também para a preservação da memória da comunidade.

#### **O que pesquisar entre os mais velhos, digitalizar, fotografar, guardar:**

Fotos antigas: construções, árvores que foram plantadas e que hoje estão grandes, festas e manifestações religiosas e culturais, caminhos antigos utilizados pela comunidade, fontes antigas de água.

Gravações com depoimentos dos moradores mais antigos.

Notas fiscais e recibos de materiais comprados para construções e plantações.

Contratos de compra e venda de terras.

Para aprofundar no tema da grilagem de terras, além das informações presentes no módulo, sugerimos a leitura da publicação “No Rastro da Grilagem: Formas Jurídicas da Grilagem Contemporânea” da AATR.

Link:

[https://www.aatr.org.br/\\_files/ugd/4cebf9\\_88be3125dff34979bc1a6d75731e95b2.pdf](https://www.aatr.org.br/_files/ugd/4cebf9_88be3125dff34979bc1a6d75731e95b2.pdf)



## **4.7 - O meio ambiente é um Rio Doce e o agro (não) é pop Debatendo o desenvolvimento sustentável?**

### **4.7.1- Objetivos:**

- Problematizar a possibilidade de um desenvolvimento sustentável;
- Perceber a contradição do direito ambiental, que, ao mesmo tempo pode ser utilizado como um instrumento de luta na conservação do meio ambiente e dos territórios diante dos empreendimentos que causam impacto ambiental, mas que também serve para legitimar os mesmos empreendimentos capitalistas;
- Conhecer conceitos importantes do Direito Ambiental: impacto ambiental; responsabilidade ambiental; meio ambiente; meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- Fazer a relação entre elementos das conjunturas mundial, nacional e local a respeito dos limites do direito ambiental em tratar os dilemas contemporâneos que o modo de produção capitalista nos coloca.

### **4.7.2 - Onde encontrar o tema nos Cadernos de Diálogos:**

Caderno nº 03 - páginas 04 a 17, e 49 a 55.

### **4.7.3 - Tempo da atividade:**

Momento 01: 40 min.

Momento 02: 1:40h

Momento 03: 40 min.

Tempo total: 3:00 h

### **4.7.4 - Materiais que serão utilizados:**

Objetos para a mística (tarjetas de papel, lápiz coloridos, giz de cor e/ou pincéis atômicos, quadro ou parede para fixação das tarjetas, fita adesiva), Computador, caixa de som e projetor.

#### 4.7.5 - Passos:

### Mística

#### Construindo a nossa concepção de meio ambiente

Sobre o chão, junto com os elementos de ornamentação do espaço e que também fazem parte da mística, colocar, anotadas em papéis, várias palavras que tragam elementos que componham a noção de meio ambiente. Devem estar incluídos não só os elementos da fauna e flora, mas também elementos culturais, sociais e econômicos. (Árvore, nascente, o morro do cruzeiro, as pinturas rupestres da gruta, ar, luz do sol, abelha, peixe, cabra, pastagem coletiva, pescadora, vaqueiro, Dona Maria, Seo João, as casas dos moradores) Disponibilizar também outros pedaços de papel em branco e lápis coloridos para que sejam preenchidos pelos estudantes enquanto toca uma música. *O que é meio ambiente?*

#### Momento 01: Contando uma história

**Passo 1** - Fazer, para a turma, o relato da história que ficou conhecida como o desastre ambiental de Mariana:

“Corre um rio, um dos tantos do território Pindorama, Brasil. Corre um rio que nasce na Serra da Mantiqueira, corta o estado de Minas Gerais e deságua no mar do Espírito Santo. Watu é o nome do rio. É como o povo da etnia krenak chama o rio que conhecemos como Rio Doce. No dia 5 de novembro de 2015, a barragem de Fundão, na cidade de Mariana, uma barragem de rejeitos de mineração da empresa Samarco, se rompeu e toneladas de lama invadiram o Rio Doce. Quilômetros de rio foram contaminados com material tóxico, uma cidade foi soterrada pela lama, e outras tantas comunidades e povos que sobreviviam do rio e do mar tiveram suas vidas afetadas. Esse ficou conhecido como o maior desastre de mineração da história. O desastre de Mariana”.

**Passo 2** - Projetar o videoclipe “Lama”, da banda Mulamba.

Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=PILJF5gL9R4>

Pedir que, durante a exibição, os estudantes anotem palavras que identifiquem o que chama atenção deles no videoclipe, nas imagens, nos sons e na letra da música.

**Passo 3** - Após a projeção, abrir uma roda de conversa.

## Fazendo o debate crítico a partir de uma obra audiovisual:

O videoclipe é uma produção estética e artística que une as linguagens de vídeo e de música, e é também um documento histórico, datado. É importante informar os dados técnicos sobre o videoclipe, ressaltando quem produziu a obra e a data e local de sua produção. Conhecer a partir de qual “lugar” o artista olha a realidade, é importante para entender os elementos ideológicos que a obra carrega, e fazer reflexões críticas sobre a realidade presente, a partir da relação entre a obra e o contexto social.

No caso do videoclipe “Lama”, observa-se que o vídeo foi feito por uma banda em parceria com um movimento social, alguns anos depois do rompimento da barragem de Mariana.

O primeiro momento da roda de diálogo será de partilha das percepções e reflexões dos estudantes sobre o videoclipe. O que sentiram ao ver o videoclipe? O que chamou atenção no videoclipe? Em um segundo momento, provocar algumas reflexões que se aproximem do universo jurídico: *A letra da música, em determinado momento, traz uma pergunta: “quem vai pagar as contas?”. Quais são essas contas? E quem paga?*

A partir destas perguntas, refletir sobre impacto ambiental, como esse impacto afeta a vida das comunidades que ocupam o campo, e racismo ambiental.

O Caderno de Estudos n.3 trata desses temas: racismo ambiental, na página 14; responsabilidade por danos ambientais a partir da página 49 a 55.

### Momento 02: Cochicho sobre os conceitos do Direito Ambiental

A partir da exposição de alguns artigos da legislação ambiental, vamos abordar os conceitos de impacto ambiental, meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

**Passo 1** - Em duplas, formadas por proximidade, os estudantes devem ler cada um dos dispositivos legais indicados abaixo. Na leitura, irão registrar as palavras e expressões que acharem mais importantes, e deverão conversar (cochichar) sobre o que entenderam.

Tempo sugerido para leitura e “cochicho” de cada artigo: 10 minutos.

### 1º Cochicho:

Resolução nº 01/1986 do CONAMA, que trata da Avaliação de Impacto Ambiental (EIA), um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, e que é exigido em alguns casos de licenciamento ambiental:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- as atividades sociais e econômicas;
- a biota;
- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- a qualidade dos recursos ambientais.

### 2º Cochicho:

#### LEI Nº 6.938/ 81, que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente:

Artigo 3º. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

**Passo 2-** Após a leitura e “cochicho” dos dois dispositivos legais acima, a roda será aberta para breve partilha das reflexões das duplas. O/a mediador/a deve fazer a síntese, ressaltando os pontos importantes para a análise jurídica do tema.

#### Atenção para expressões importantes:

**1º cochicho:** “qualquer alteração” “resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam”; “O bem-estar da população”; “as atividades sociais e econômicas”

**2º cochicho:** “a vida em todas as suas formas”

### Perguntas e reflexões para guiar a conversa:

A Resolução do CONAMA, primeiro dispositivo legal que foi lido, trata de meio ambiente, mas, o que é meio ambiente? Construimos nosso conceito no começo desta atividade. Será que o conceito construído corresponde ao conceito da lei?

Na relação entre os dois artigos, a/o monitor deve ressaltar que o conceito de meio ambiente inclui também os seres humanos, e que a proteção deve ser também em relação à forma de vida das comunidades. Esse aspecto, muitas vezes é desconsiderado pelo poder público, que, inclusive, não exige o EIA (estudo de Impacto Ambiental) para implantação de muitos empreendimentos. O respeito a este direito depende da pressão popular.

Tempo para conversa: 30 minutos

### Passo 3- realização do 3º cochicho:

#### Lei 9.985/00, que Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

Artigo 2º, XI - Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

**Passo 4-** Após a leitura e “cochicho” do dispositivo legal acima, abrir novamente a roda de conversa.

### Perguntas e reflexões para guiar a conversa:

Será que isso que tem na lei é cumprido? Observar as contradições existentes no próprio dispositivo: que protege o meio ambiente, mas que o trata como um recurso, uma mercadoria, quando fala em “exploração do ambiente” e em “economicamente viável”. O que é “economicamente viável para as empresas em um sistema econômico que visa sempre o lucro crescente? Os grandes empreendimentos que a turma conhece garante a “perenidade dos recursos ambientais”?

### **Momento 03: A sociedade capitalista e o discurso do desenvolvimento sustentável**

**Passo 1** - Exibir o vídeo “Relatório de sustentabilidade 2014”, da Vale.

Link do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=q7aNTAVsHSw>

Lembrar de, antes da projeção, contextualizar o vídeo com informações sobre a empresa Vale, que é uma das donas da Samarco Mineradora, responsável pela barragem que rompeu em Mariana.

**Passo 2** - Fazer uma roda de conversa a partir do vídeo.

#### **Perguntas e reflexões para guiar a conversa:**

O vídeo fala em ações voltadas para a diminuição do consumo de água pela empresa. Mas, será que esse consumo é pequeno? O vídeo usa o termo sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, o que vocês pensam sobre o uso desses termos? As ações desenvolvidas pela Vale são capazes de atender ao definido em Lei, de garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, para as presentes e futuras gerações? O vídeo encerra com o slogan “para um mundo com novos valores”. Vocês acham que esses “novos valores” respeitam os valores das comunidades tradicionais? Por que?

#### **Rodas de conversa**

Propomos esse instrumento pedagógico com inspiração nos círculos de cultura da pedagogia de Paulo Freire. Aqui, os próprios educandos devem conduzir o diálogo. O/a monitora é o mediador do debate, que irá acordar com os/as estudantes as regras da conversa, gerir o tempo, estimular a circulação da palavra, e fazer perguntas que conduzam o diálogo dentro do tema proposto e ao aprofundamento das reflexões feitas pelos estudantes.

O/a monitor/a, através da escuta sensível, deve identificar os principais pontos das reflexões feitas. Essas informações podem ser sistematizadas em um painel durante a roda, através da utilização das tarjetas ou de mapas mentais. O/a monitor/a assume um papel importante também na síntese dessas reflexões.

*“Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia”.* (Paulo Freire)

### Mística de encerramento:

Leitura do texto de Ailton Krenak, indígena do povo Krenak, ambientalista, filósofo, poeta e escritor.

“O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa).”

“Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos”.

(KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.)





## 4.8 - Quebra cabeça do licenciamento ambiental

### 4.8.1- Objetivos:

- Identificar o meio ambiente como um bem jurídico, devendo ser protegido pelo Estado;
- Conhecer um importante instrumento de proteção legal ao meio ambiente: o licenciamento ambiental;
- Aproximar-se de alguns instrumentos e conceitos técnicos utilizados pelo Estado nos procedimentos de proteção ao meio ambiente;
- Identificar, nas etapas do licenciamento ambiental, as possibilidades de participação da população, para a imposição de limites aos empreendimentos que causam graves impactos ambientais.

### 4.8.2- Introdução:

O licenciamento ambiental é um instrumento previsto na Política Nacional do Meio Ambiente, exigido por lei e obrigatório sempre que esteja prevista a instalação, operação ou ampliação de um empreendimento ou atividades que utilizam recursos da natureza e são consideradas poluidoras. São muitas as leis, regras e exceções que envolvem o procedimento de licenciamento ambiental, por isso, compreendê-lo é um “quebra cabeça”, mesmo para quem atua profissionalmente na área. Conhecer um pouco desse procedimento pode ser importante na defesa do território e da qualidade de vida das populações locais frente à possível instalação de empreendimentos ambientalmente danosos. Vamos montar parte desse “quebra cabeça” juntas e juntos?

### 4.8.3. Onde encontrar nos Cadernos de Diálogos?

Caderno nº 3, páginas 22 a 48.

### 4.8.4- Tempo da atividade

Momento 01: 1h

Momento 02: 30 min

Momento 03: 50 min

Tempo total: 2:20 h

#### 4.8.5- Materiais que serão utilizados:

- Objetos para a mística (descrição abaixo);
- Computador, caixa de som e projetor;
- Tarjetas com os passos do licenciamento ambiental;
- Tarjetas com os tipos e características das licenças ambientais;
- Tecido, quadro ou parede para fixação das tarjetas e fita adesiva;
- Cartolinas, lápis de cor, giz de cor e/ou pincéis atômicos.

#### 4.8.6- Passos:

### Ideias para a mística

Colocar no Centro da sala alguns elementos que compõem o meio ambiente (terra, água, plantas, sementes, pedras, objetos da cultura local, das formas de trabalhar e viver...). Fazer o jogo “uma palavra puxa a outra”: cada pessoa diz uma palavra, qualquer palavra, desde que ela tenha, para a pessoa que diz, uma relação com a palavra anterior. Fazer pelo menos uma volta. A primeira palavra é “rio”.

As palavras e o caminho percorrido por elas são referências também para as rodas de diálogos durante a atividade. Por isso, é importante que o/a monitor/a fique atento ao que for dito neste momento.

#### **Momento 01: O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**

**Passo 1** - Solicitar que os/as estudantes façam a leitura da parte inicial do artigo 225 da Constituição Federal (chamamos esta parte de caput). Durante a leitura, eles devem grifar as palavras e expressões que acharem importante. Sugestão de tempo para leitura: 5 minutos

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**Passo 2** - Em uma roda de conversa, os/as estudantes devem compartilhar o que grifaram, explicando o porquê. Além do contato com a estrutura do texto legal, o objetivo desse momento é também apresentar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um bem jurídico, protegido legalmente, e ressaltar a proteção ao meio ambiente como direito e dever de todos e todas, assim como o papel do Estado na realização dessa proteção.

Sugerimos algumas perguntas para guiar a conversa, buscando também contextualizar com a realidade dos/as estudantes: a Constituição Federal de 1988 afirma que o Poder Público e a coletividade devem defender o meio ambiente, mas defender de quê e de quem? O que vocês entendem como uma “obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente”? Os pequenos agricultores causam grandes impactos? Você têm notícia de algum empreendimento que cause impacto ambiental na região em que vocês moram? Houve alguma participação ou reação da população durante o processo de instalação do empreendimento? Já ouviram falar em licenciamento ambiental? Sabem pra que serve?

**Passo 3** - Em grupos, fazer a leitura das páginas 22, 23, 24, 27 e 28 do Caderno de Diálogos nº 03 sobre a proteção constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e os instrumentos previstos.

### **Momento 02: Por que conhecer mais sobre o licenciamento ambiental?**

**Passo 1** - Exibição de vídeo sobre licenciamento ambiental.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=sWEQw6smo5w>

Realizar, com a turma, uma síntese dos principais pontos abordados no vídeo.

**Passo 2** - Leitura coletiva, com toda a turma, do texto abaixo.

As investigações sobre o rompimento da barragem de Mariana que aconteceu em 2015 concluíram que houve irregularidades no processo de licenciamento ambiental que renovou a Licença para que a empresa continuasse suas atividades no local (a Licença de Operação). A empresa de consultoria ambiental, contratada pela empresa mineradora Samarco, no curso do processo de licenciamento, havia emitido um laudo técnico com informações falsas. Este laudo atestava a capacidade de a barragem continuar funcionando.

A investigação do Ministério Público Federal sobre o caso concluiu que a Samarco sabia das falhas na estrutura da barragem e do risco de rompimento da barragem, mas não cumpriu as determinações do poder público para ajustes na sua estrutura. Mesmo assim, a empresa continuou funcionando e explorando minério na região.

Fontes:

[https://www.seesp.org.br/site/index.php/comunicacao/noticias/item/14517-mariana-o-desastre-que-a-boua-engenharia-poderia-ter-evitado\]](https://www.seesp.org.br/site/index.php/comunicacao/noticias/item/14517-mariana-o-desastre-que-a-boua-engenharia-poderia-ter-evitado)

Laudo técnico da empresa Prístino, solicitado pelo Ministério Público de Minas Gerais: <https://crimideia.com.br/miniver/wp-content/uploads/2015/11/Laudo-barragem-da-Samarco-em-2013.pdf>

**Passo 3** - A partir do vídeo e do texto, realizar roda de conversa aprofundando a discussão do momento 01 sobre a importância do licenciamento ambiental e da participação da população nesse procedimento.

Outras perguntas para guiar a conversa: O Poder Público tem cumprido dever de defender o meio ambiente (dever que está estabelecido, como vimos pela Constituição Federal de 1988)? É importante que as pessoas conheçam sobre o procedimento de licenciamento ambiental?

O vídeo e o texto citam algumas etapas e instrumentos do procedimento de licenciamento ambiental. No próximo momento deste caminho metodológico, vamos conhecer um pouco sobre os aspectos técnicos e gerais do licenciamento ambiental.

### **Momento 03: Passo a passo - Como a empresa obtém a licença ambiental?**

**Passo 1** - O/a monitor/a deverá dispôr as 09 tarjetas no chão e pedir ajuda aos estudantes para tentar colocá-las na ordem em que cada etapa acontece. Por ser um procedimento bastante complexo, é muito importante que a facilitação mantenha-se atenta ao fluxo da atividade e avalie o melhor momento de intervir; pode ser melhor corrigir a ordem das etapas apenas ao final para não quebrar o ritmo da participação, ou pode ser melhor fazer intervenções mais frequentes com um grupo mais tímido ou inseguro, mas sempre “puxando” as respostas do grupo.

**Passo 2** - Abaixo colocamos a ordem em que, ao fim, devem ser dispostas as tarjetas e as observações que podem ser feitas pelo/a monitor/a sobre cada um dos passos.

Número	Tarjeta	Observação
01	Empreendedor solicita a licença ao órgão competente: federal, estadual ou municipal	Nesse momento o empreendedor já deve apresentar projeto da obra e estudos ambientais preliminares.
02	Definição, pelo órgão ambiental, dos documentos e estudos técnicos necessários - Termo de Referência (TR)	A definição dos Estudos Técnicos necessários dependerá da análise do órgão público sobre o impacto causado. Problematicar a partir de qual olhar a atividade é “causadora de significativa degradação ambiental”? Às vezes o órgão ambiental enquadra o empreendimento como de baixo impacto e desconsidera a existência de comunidades na área ou a importância imaterial de determinados lugares como rios, pastagens naturais, nascentes...) Ao definir como de menor potencial poluidor define também que o estudo a ser apresentado pode ser mais simples, ou seja, determinados danos e/ou impactos podem ser desconsiderados.
03	Realização dos estudos técnicos ambientais por empresa contratada	Existem tipos de estudos a serem apresentados a depender do tipo de impacto e degradação ambiental. O mais completo deles é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
04	Análise técnica de documentos	A partir da análise destes documentos o órgão ambiental pode pedir estabelecer condições ao empreendimento, como por exemplo, o monitoramento de poluentes, destinação dos resíduos sólidos. Essas condições se não forem cumpridas podem impedir a continuidade do empreendimento.
05	PUBLICIDADE Audiências Públicas (para alguns empreendimentos)	Em alguns casos a legislação prevê a realização de audiência pública, mas como vimos anteriormente, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um poder/dever de todos, dessa forma é fundamental reivindicar a participação popular por meio de audiências públicas.
06	Pedidos de revisões e de esclarecimentos	Com as questões levantadas em audiência pública e em denúncias ou por livre iniciativa o órgão ambiental pode solicitar revisões e esclarecimentos dos estudos apresentados pelo empreendedor.
07	Deferimento ou indeferimento da Licença	Com esses novos documentos apresentados, o órgão ambiental pode deferir (conceder) ou indeferir (negar) a licença ambiental.
08	Emissão de parecer conclusivo	A decisão do órgão ambiental será apresentada mediante “Parecer conclusivo” apontando o porquê de conceder ou não a licença.
09	Publicação no Diário Oficial, se aprovada	A Licença ambiental deve ser publicada no Diário Oficial (de união, se for licenciado pelo IBAMA; do Estado, se for pelo INEMA; e do Município se for pela Secretaria de Meio Ambiente).

O/a monitor/a deve tentar se familiarizar ao máximo com as informações nesta e nas próximas caixas de texto para que possa tirar dúvidas e responder perguntas do grupo. Mais informações podem ser encontradas no Caderno de Diálogos, que deve estar à mão durante toda a atividade para consulta, caso necessário.

**Passo 3** - Após a montagem do painel, a facilitação pode abrir uma rodada de perguntas, dúvidas e exemplos, dialogando sobre cada uma das etapas e recorrendo à leitura do Caderno de Diálogos se necessário.

- Com o “quebra cabeça” montado, os/as participantes devem ser provocados a identificar em quais momentos do processo de licenciamento eles visualizam que é possível a intervenção da comunidade.

Caso não surjam na discussão, o/a monitor/a pode apontar. Alguns momentos importantes para a intervenção da comunidade são: na audiência pública; perante a prefeitura, que emite autorização para supressão de vegetação durante a Licença Prévia; denúncia de irregularidade observada em qualquer fase do procedimento, por isso, acessar e analisar a documentação é importante para o enfrentamento aos empreendimentos causadores de impactos ambientais.

E se o território atingido pelo impacto ambiental provocado pelo empreendimento for de uma comunidade tradicional?

Independente do procedimento específico estabelecido em lei para o licenciamento, as comunidades têm o direito de serem consultadas pelo Estado antes de a licença ser concedida. Nessa consulta, as comunidades precisam estar informadas sobre todos os impactos, e são as próprias comunidades que irão definir qual o procedimento apropriado para a realização da consulta.

Como as comunidades dos estudantes se organizam internamente para tomar decisões importantes que afetam a comunidade?

Esta consulta não se confunde com a audiência pública. O Direito de Consulta Prévia (antes do ato administrativo, como a licença ambiental), livre (não pode ser com coação, ameaça ou suborno) e informada (todas as informações precisam ser passada em uma linguagem acessível aos povos) é um direito garantido pela Convenção nº 169, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), norma internacional que foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro.

Onde saber mais sobre a Consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção nº 169 da OIT para povos e comunidades tradicionais: Cartilha de formação da AATR “Direito à consulta e ao consentimento e os Protocolos de Consulta”.

Acesso em:

[https://www.aatr.org.br/\\_files/ugd/4cebf9\\_7c0711ebd44c4228898f6ab991556320.pdf](https://www.aatr.org.br/_files/ugd/4cebf9_7c0711ebd44c4228898f6ab991556320.pdf)

### **Para dar continuidade às reflexões propostas**

Para fazer oposição a um grande empreendimento, fazendo respeitar o direito das comunidades ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e aos seus territórios, é necessário grande mobilização das comunidades impactadas. É importante que a população local esteja informada sobre seus direitos, os deveres das empresas, e sobre os impactos causados pelo tipo de empreendimento.

Então, que tal propor **a produção de um material informativo, em formato de cartaz**, com esses dados?

- Primeiro, será preciso realizar uma pesquisa para identificar os principais empreendimentos que estão se instalando na região.
- O segundo passo, antes da produção do cartaz, é criar um projeto do cartaz, pensado

### **Produzindo um cartaz**

- O que ele irá comunicar (quais as informações mais importantes sobre o tema);
- Qual é o contexto de comunicação, ou seja, como as comunidades afetadas estão reagindo ao empreendimento; qual o grau de participação das comunidades com o procedimento de licenciamento ambiental.
- Qual é o público que se quer atingir;
- Quais técnicas serão empregadas e quais os materiais serão utilizados para isso. obs: a linguagem utilizada deve ser de fácil entendimento e objetiva, mas, é importante comunicar também através de imagens e elementos simbólicos da cultura local.



## 4.9 - Criminalização da população negra e indígena e dos movimentos sociais

### 4.9.1- Objetivos:

- Analisar o crime como uma construção social, que, portanto, tem relação com o momento histórico do país e com as relações de poder existentes na sociedade em um determinado período;
- Problematizar a criminalização da cultura e das formas de resistência negras e indígenas e dos movimentos sociais;
- Questionar algumas visões sociais estereotipadas e preconceituosas sobre as pessoas consideradas criminosas;
- Estimular a leitura atenta e comprometida criticamente das notícias veiculadas pelos meios de comunicação.

### 4.9.2 - Introdução:

Criminalização é o processo de transformação de uma conduta em crime e de pessoas em criminosas. A tipificação de um crime, através da criação de leis que dizem qual comportamento deve ser considerado como criminoso, é feita pelo Estado, assim como a execução dessas leis. Mas, também é definida por outros aspectos, como a percepção social e a atuação da mídia. Se, por um lado, o Estado - com a estrutura do legislativo, do judiciário, da polícia, e também da ciência - tem atuado historicamente para a criminalização dos povos negros e indígenas e de aspectos importantes de suas culturas, por outro lado, esses mesmos povos têm se organizado para a (re)construção de suas formas de existência. Existência que é simbólica e física. Através da análise de reportagens jornalísticas e da criação artística, propomos um caminho de diálogo com a juventude sobre dois temas que envolvem tantos preconceitos: Direito Penal e crime.

### 4.9.3 - Onde encontrar nos Cadernos de Diálogos?

Caderno nº 04 - páginas 06 a 28

### 4.9.4 - Tempo da atividade:

Momento 01: 1:40h

Momento 02: 50 min

Momento 03: 1:40

Tempo total: 3:10 h

#### 4.9.5 - Materiais que serão utilizados:

- Computador e projetor de vídeo;
- Notícias impressas e slides com essas mesmas notícias: manchetes de reportagens que trazem exemplos de criminalização da pobreza em momentos de crise, criminalização de manifestações culturais negras, manifestações populares e, de outro lado, de crimes normalizados e/ou não punidos cometidos nas camadas mais centrais da sociedade; e/ou cartazes e impressões com esses elementos
- Caixa de som, para a música.

#### 4.9.6- Passos:

### Mística

Sugerimos iniciar a atividade ouvindo o toque de cavalaria, enquanto se organiza e prepara o espaço com outros elementos de mística.

- Cavalaria, Mestre Suassuna e Dirceu.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=tRi5WMGKk9Y>

Com o espaço preparado, e as músicas escutadas, vamos falar um pouco sobre a capoeira.

A capoeira foi uma prática tratada como crime pelo Código Penal entre 1890 e 1937. Era proibido, “fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal” (artigo 402 do Código Penal brasileiro de 1890). A pena para essa conduta era de dois a seis meses de prisão. E, se a pessoa fosse pega novamente realizando as mesmas ações, a pena era de um a três anos de prisão.

O toque de cavalaria - a música ouvida no início - é um tipo de toque da capoeira, feito no berimbau. Histórias contadas pelos mais velhos dizem que ele era utilizado para avisar aos capoeiristas, na roda de capoeira, quando se aproximava a polícia, ou seja, a cavalaria montada que reprimia nas ruas a realização dessa prática.

Já a ladainha é a música ouvida no pé do berimbau pelos capoeiristas que vão jogar, e normalmente tocada pelo mestre. Não se joga nesse momento, apenas se ouve os saberes e a história que a música registra.

Sugestão de uma ladainha para ouvir neste momento:

- Ladainha do Mestre Toni Vargas, “Uma vez Perguntaram a seu Pastinha”, sobre o que é a capoeira. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=HkHOKoyE8aA>

- Ladainha do Mestre Moraes “A história nos Engana”, que questiona o dia da abolição, que segundo a história conta, foi no dia 13 de maio de 1888.  
link: <https://www.facebook.com/watch/?v=882463385473329>

O “corrido” é outro tipo de música que se toca na roda, mas no momento do jogo. É música que tem pergunta e resposta, assim como no jogo da capoeira, e que toda a roda canta. O Corrido também registra e transmite saberes, e comunica, assim como o toque do berimbau, pra quem joga na roda.

Então, que tal cantar juntos, com toda a turma respondendo no coro, um corrido?

“Foi no balanço, foi no remelexo  
que eu vi o siri derrubar caranguejo”

**Para saber mais sobre o tema:**

Dossiê do Iphan “ Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira”  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/DossieCapoeiraWeb.pdf>

## **Momento 01 - O que é crime? Quem é criminoso?**

**Passo 1** - A turma deve ser dividida em 5 grupos. Cada grupo receberá duas manchetes que falam sobre ações do Estado de criminalização de pessoas e grupos; alguns exemplos de manchetes estão disponíveis nos materiais anexos deste Caderno. Cada grupo deve fazer uma leitura conjunta das manchetes e responder às seguintes perguntas:

- De quem a manchete está falando?
- A manchete traz algum juízo/julgamento sobre o sujeito?
- Quais são os elementos (palavras, frases, imagens, símbolos) utilizados na manchete que convocam esse julgamento em quem lê a manchete?
- O grupo concorda com esse juízo/julgamento? Por que?
- Como a ação do Estado é retratada nessa manchete?

Cada grupo discute as manchetes e perguntas por vinte a trinta minutos.

**Passo 2** - Apresentação do resultado das discussões para toda a turma.

**Passo 3** - Após cada apresentação, ou após todas as apresentações, a facilitação conduz uma roda de conversa com as perguntas provocadoras: Quem é normalmente visto pela nossa sociedade como criminoso? Que condutas são normalmente vistas como crimes? Todas as pessoas que cometem crimes são tratadas da mesma forma pelo Estado?

### **Para o/a monitor/a**

Nessa discussão, o papel do/a facilitador/a não deve necessariamente ser o de conduzir o grupo a uma resposta desejada, mas questionar as respostas expressam o senso comum e reforçam discursos de criminalização e de criminalização seletiva. O/a monitor/a deve, principalmente através de perguntas, e ajudar o grupo a questionar a naturalização da forma como vemos a figura do crime e do criminoso.

Durante as apresentações dos grupos, através da escuta sensível, o/a monitor/a deve identificar essas respostas. E, se necessário, após cada apresentação, pode fazer algumas perguntas que ajudem a identificar elementos importantes na manchete.

A partir da análise das manchetes é possível identificar pelo menos dois aspectos em relação ao processo de criminalização:

1- identificar como o Estado atua, através de seu aparato judicial e policial na repressão aos crimes.

2- perceber como é o discurso da mídia sobre o fato noticiado: sobre a atuação do Estado, e principalmente sobre a conduta criminosa e a pessoa suspeita de cometer o crime. Esse tratamento da mídia é parte do processo de criminalização, na maneira como a sociedade vê o crime e o criminoso e associa o criminoso a um determinado perfil social.

Para isso, uma reportagem utiliza diversos elementos simbólicos que devem ser observados na análise: o destaque dado à notícia, em comparação com as outras notícias do mesmo veículo; os elementos gráficos e visuais, como as imagens e o destaque dado à algumas palavras e alguns trechos da reportagem; o uso de determinadas palavras e expressões que reforçam preconceitos). Observar também elementos como a data da reportagem e o perfil editorial do jornal.

É possível que, nos grupos ou na roda de conversa com toda a turma, as discussões sigam na direção da afirmação pelos estudantes de que é necessário que o Estado aja com maior severidade sobre todos, o fim da impunidade, discursos contra os direitos humanos, discursos que pensam a segurança pública a partir da repressão e da supressão da liberdade, e outras respostas que não saem do senso comum sobre a criminalização, e que afirmam relações de opressão, de racismo, e preconceitos. Nesses casos, a facilitação deve avaliar a abertura do grupo para dialogar sobre essas ideias, inclusive a partir da leitura do Caderno de Diálogos, ou se é melhor retomá-las após o próximo momento, sobre Controle Social e Forças Armadas, quando a relação entre Direito Penal e movimentos sociais será discutida.

## **Momento 02: Controle Social e Forças Armadas Brasileiras**

Como vimos com as reportagens analisadas no momento anterior, nenhuma mídia ou veículo de comunicação é neutro. Nos diversos elementos do discurso, e não só no texto veiculado, escrito ou falado, as reportagens carregam valores e convocam os sentidos de quem acessa a reportagem.

Para este momento da atividade, trouxemos, como elemento provocador do diálogo, uma reportagem de uma “mídia alternativa” à mídia comercial, vinculada a uma organização de trabalhadores.

**Passo 1** - Exibição do vídeo “Força Nacional ameaça acampamentos do MST na Bahia”.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=tn2eFKPwkP0>

### Informações sobre a reportagem:

O vídeo é da Rede TVT (para saber mais sobre esse veículo, é possível acessar o sítio eletrônico da organização:

A data da publicação da reportagem é de 8 de setembro de 2020, e trata de um fato ocorrido na mesma época.

Para saber mais sobre o fato, sugerimos a matéria do Jornal Brasil de Fato:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/11/entenda-o-caso-da-forca-nacional-contra-o-mst-no-sul-da-bahia>

**Passo 2** - Abrir uma roda de conversa a partir do vídeo.

### Algumas perguntas para guiar o diálogo:

- Sobre que fato a reportagem trata? (Como ponto inicial, esta pergunta objetiva estimular que os estudantes façam um resumo da reportagem, identificando o tema e as principais informações sobre o fato ocorrido: em qual local o fato acontece? Quais os sujeitos envolvidos?);

- Sobre o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o vídeo traz uma perspectiva sobre esse movimento social diferente da normalmente veiculada pela grande mídia comercial? Qual é a perspectiva do vídeo? E qual é a perspectiva da da grande mídia? (Com essas perguntas, é importante que o/a monitor/a identifique a percepção da turma sobre o MST e sobre os movimentos sociais de luta pela terra, e se essas percepções reproduzem também o discurso de criminalização desses movimentos. através de outras perguntas, o monitor/a deve mostrar as contradições que esses discursos apresentam em relação à realidade. Observa-se que no vídeo, os trabalhadores rurais do MST aparecem em suas atividades cotidianas de produção na terra; é citada uma ação do Movimento, de doação de alimentos em apoio à população local; os militantes do MST falam sobre o que o movimento objetiva e as suas pautas; são os militantes falam sobre a sua própria realidade, sendo retratados como pessoas cientes de seus direitos e condição histórica).

Para saber mais sobre o MST:  
sítio eletrônico do MST:  
<https://mst.org.br/>

Para mais informações sobre  
reforma agrária e luta pela terra:  
Caderno de Diálogos n.02,  
páginas 26 e 27.

- Quais são os diferentes objetivos da atuação das Forças de Segurança Nacional, de acordo com a perspectiva do Estado brasileiro, no caso o Governo Federal, e da perspectiva do MST?
- As Forças Armadas alegaram que estavam agindo para a proteção de pessoas e de patrimônios, o que vocês acham disso?
- De acordo com a notícia, houve ilegalidade na atuação do Estado? Essa forma de atuação da polícia se restringe a esse fato isolado, ou os estudantes identificam similaridades com a atuação da polícia diante de outros movimentos sociais, com os povos do campo e nas periferias da cidade?

A partir da perspectiva sobre Direito que guia a atuação da AATR, a atuação da polícia, assim como o discurso da mídia, são aspectos importantes para compreender o Direito e estão intrinsecamente relacionados às relações jurídicas.

Nesse sentido, o Caderno de Diálogos n.4, entre as páginas 06 e 28 traz uma análise histórica sobre o papel do Direito Penal na criminalização dos povos do campo, das florestas, das águas e das periferias das cidades no Brasil.

É importante apresentar também esse debate para a turma. Principalmente sobre como esse processo tem relação com as modificações nas relações de trabalho e no acesso e distribuição das terras do território nacional. Como momentos históricos importantes, ressaltamos a repressão policial e a criminalização de condutas dos povos que foram escravizados, que se deu “abolição da escravidão”; e a Lei de Terras (Lei nº 601/1850), no seu art. 2º, que criminalizou a ocupação das terras sem título de propriedade.

Como **proposta para dar continuidade à atividade**, que tal propor para a turma a construção de uma Linha do Tempo com informações sobre esses diferentes momentos da história do país, a partir da perspectiva do Direito Penal, até chegar aos dias de hoje?

O caminho metodológico “Linha do Espaço Tempo”, proposto neste Caderno de Metodologias, é um modelo que pode inspirar esta construção.

### **Momento 03 - Reapresentando a notícia de jornal**

**Passo 1-** Nos mesmos grupos das análises das notícias, os estudantes irão produzir novas apresentações para as reportagens analisadas, mas agora através de uma cena teatral.

A cena deverá evidenciar o processo de criminalização realizado pelo Estado e pela mídia, mostrando o choque entre o discurso jornalístico, o discurso do estado e a realidade social, e evidenciar as relações de poder, os valores morais e os interesses econômicos que estão na notícia ou por detrás da notícia.

Trazemos abaixo, como inspiração, alguns caminhos e técnicas para a construção da apresentação. Estas técnicas podem ser feitas juntas:

- Reescrever o texto da reportagem para contar o conteúdo da notícia, o que ela realmente quer dizer, os fatos e os valores que ela carrega;
- Ler o texto acima junto com a notícia, ou ler duas notícias ao mesmo tempo;
- ler a notícia enquanto o restante do grupo interpreta o que está sendo dito;
- Evidenciar os elementos simbólicos utilizados pela notícia;
- Misturar a leitura da notícia com outros elementos, jingles de comerciais, memes, músicas, sons, gestuais, imagens;
- Dar destaque, na apresentação, para palavras e elementos simbólicos utilizados na reportagem;
- Interpretar uma cena realista, contando o conteúdo da notícia;
- Criar uma música...

A atividade também pode utilizar outros materiais como ponto de partida, como outras notícias, textos do Caderno de Diálogos, e outros dados atualizados sobre criminalização.

**Passo 2** - Apresentar as cenas

**Passo 3** - Fazer uma roda de conversas para que os estudantes compartilhem as sensações que tiveram ao assistir as cenas e ao produzir as cenas. Perceberam outros elementos da reportagem que não haviam compreendido antes?

Esta proposta tem inspiração no Teatro de Agitação e Propaganda e nas técnicas do Teatro Jornal sistematizadas por Augusto Boal e postas em prática pelo Teatro de Arena na década de 70, durante o regime militar.

**“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento,  
mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.”**

**Bertolt Brecht no poema "Sobre a Violência"**



## 4.10 - O que é crime e por que as prisões? Seletividade do Direito Penal, encarceramento em massa e política de drogas

### 4.10.1- Objetivos:

- Iniciar a compreensão sobre os conceitos de crime e de bem jurídico protegido pelo Direito Penal;
- Conhecer alguns tipos penais;
- Evidenciar que o crime é uma escolha política do Estado para a “organização social”;
- Problematizar o direito penal como forma de controle da população, e especialmente de parcelas específicas da população;
- Identificar o racismo institucional promovido pelas instituições do Direito Penal como uma das faces do racismo estrutural;

### 4.10.2 - Introdução

O processo de criminalização de uma conduta é um processo seletivo. Ele não abarca toda a sociedade da mesma forma, é um processo que envolve desigualdades que são sociais, políticas e econômicas, e reproduz e mantém relações de poder e racistas, que são históricas. Assim, quando a gente se depara com a atuação da polícia, com políticas públicas de investimento em aparato de 'segurança', ou com o discurso da mídia, a gente precisa se perguntar o que está por trás desta ação ou discurso, e porque uma determinada conduta é considerada como crime e tratada com violência, enquanto outras não. A resposta parece fácil, mas não é. Por isso, este caminho metodológico propõe algumas perguntas sobre o sistema penal do Brasil, para questionar também a nossa visão sobre o tema, construída a partir de um olhar que distorce a realidade e reproduz o discurso dos poderosos. Por exemplo, você já parou para se perguntar porque o consumo e o tráfico de algumas drogas são criminalizados e as pessoas presas por esse crime são negras e moradoras das periferias urbanas e rurais?

### 4.10.3 - Onde encontrar nos Cadernos de Diálogos?

Caderno nº 04 - páginas 04 a 40

**4.10.4 - Tempo da atividade:** Momento 01: 50 min; Momento 02: 1h  
Momento 03: 30 min; Tempo total: 2:20h

#### 4.10.5 - Materiais que serão utilizados:

Computador, projetor de vídeo e caixa de som;  
Tarjetas com os tipos penais, bem jurídico protegido e pena.

#### 4.10.6 - Passos:

Momento 01: Roda de conversa sobre prisões e encarceramento em massa

**Passo 1** - Projetar o videoclipe do Racionais MC's "Diário de um detento".

Link: [https://www.youtube.com/watch?v=MZzl8qYF\\_qY](https://www.youtube.com/watch?v=MZzl8qYF_qY)

Como se trata de obra audiovisual, que também é um documento histórico, é importante informar os dados da obra:

Artista: Racionais MC's; Álbum: Sobrevivendo no Inferno;

Data de lançamento: 1997; Gênero: Hip-hop/Rap.

A obra faz referência ao Massacre do Carandiru. O videoclipe foi gravado no próprio presídio, alguns anos depois, e tem imagens feitas durante a operação da polícia militar na penitenciária, em outubro de 1992.

Pedir para que os/as estudantes anotem, durante a projeção, qual o trecho da música ou imagem do videoclipe mais chamaram atenção deles/as.

**Passo 2** - Realizar uma roda de conversa a partir do videoclipe e dos trechos selecionados, que devem ser apresentados pelos estudantes e comentados por eles.

Algumas perguntas para guiar a conversa: de acordo com dados nacionais do Infopen (sistema de informações do sistema penitenciário brasileiro) em comparação com dados internacionais do *World Prison Brief*, o Brasil é o terceiro país com maior população carcerária do mundo. São 773 mil pessoas presas, de acordo com dados publicados . Por que há tantas pessoas presas hoje? Por que existem prisões? Para que elas servem? Quem são as pessoas que estão nas prisões? O que o direito penal quer proteger? Como esta realidade tem relação com o jovem do campo?

Este momento tem como objetivo despertar a curiosidade dos/as estudantes e questionar algumas respostas prontas e alguns preconceitos que existem no senso comum sobre o tema. As respostas para as perguntas, assim como novas questões, serão debatidas ao longo dos próximos momentos deste caminho metodológico. O/a monitor/a deve exercer a escuta sensível, para identificar os pontos importantes para os diálogos seguintes.

## Momento 02: Tipo penal, bem jurídico protegido e pena através das tarjetas

O que se quer proteger com a tipificação de uma conduta, transformando esta conduta em um crime? A partir dessa pergunta, feita no momento 01, vamos montar uma tabela com alguns tipos penais e iniciar algumas reflexões sobre o Direito Penal.

**Passo 2** - Distribuir, entre os/as estudantes, tarjetas com o nome de alguns tipos penais. E questionar por qual motivo isso é considerado crime e o que ele/a considera que este crime pretende proteger.

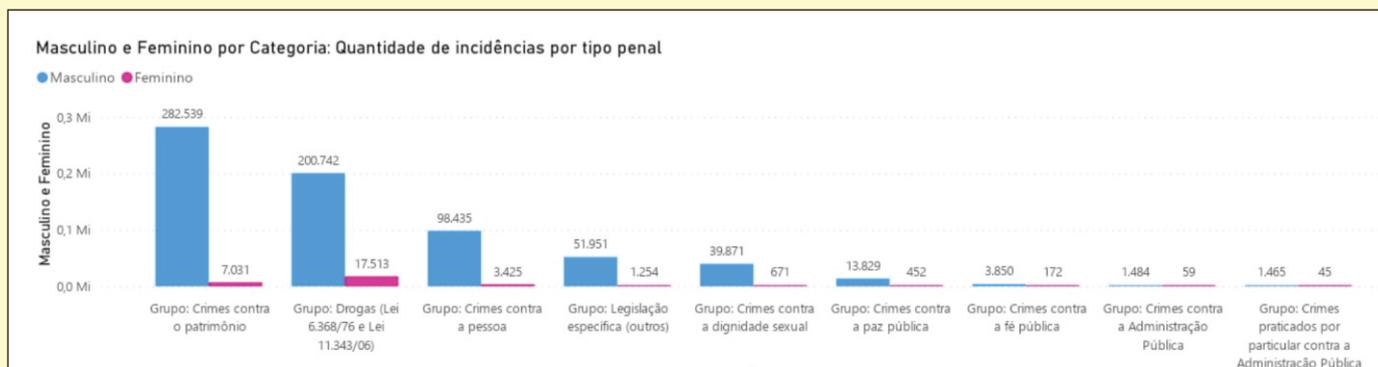
**Passo 3** - Distribuir no chão as tarjetas com os bens jurídicos protegidos pelo tipo penal, para que os/as estudantes encontrem os pares das tarjetas que já têm em mãos, e organizem a primeira parte da tabela que iremos formar. .

**Passo 4** - Com a primeira parte da tabela organizada, os/as estudantes devem relacionar as penas previstas para cada crime, através do uso de novas tarjetas com as penalidades.

Tipo penal	Bem jurídico protegido	Pena
Estupro	Liberdade e dignidade sexual	Reclusão de 6 a 10 anos
Homicídio	Pessoa / Vida	Reclusão de 6 a 20 anos
Roubo	Patrimônio / Propriedade privada	Reclusão de 4 a 10 anos e multa
Extorsão mediante sequestro	Patrimônio / Propriedade privada e segurança física	Reclusão de 8 a 15 anos
Trabalho escravo	Liberdade e dignidade do trabalho	Reclusão de 2 a 8 anos
Esgulho possessório	Patrimônio / Posse	Detenção de 6 meses a 3 anos e multa
Tráfico de drogas	Saúde pública	Reclusão de 5 a 15 anos e pagamento
Posse de drogas para consumo pessoal	Saúde pública	Cumprimento de medidas educativas

**Passo 5** - Apresentar à turma os gráficos abaixo

**Taxa de aprisionamento, no período de janeiro a junho de 2021**  
(Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública)



Dados sobre a superlotação nas prisões, do “Monitor da Violência”, do 2021, projeto do G1, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



**Outros dados podem ser acrescentados para análise nesta atividade:**

No Caderno de Diálogos n.4, nas páginas 34 a 37, há alguns dados sobre o perfil da população carcerária no Brasil.

No site eletrônico do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, você encontra dados estatísticos oficiais sobre o tema, no **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**:

<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>

**Passo 7** - Dar continuidade à roda de conversa do momento 01, a partir da análise das informações da tabela montada com as tarjetas, e dos gráficos.

#### **Algumas perguntas para guiar a conversa:**

No gráfico com a taxa de aprisionamento, quais são os crimes com maiores taxas? (Observa-se que o sistema penal prende maior número de pessoas por crime contra o patrimônio, seguido dos crimes da Lei de Drogas). Se, na Constituição Federal, diz que o maior bem que deve ser protegido pelo Estado é a vida, é isso que a taxa de aprisionamento mostra? Será que o bem jurídico que o Estado protege na prática é o bem jurídico que se diz proteger, como podemos visualizar na tabela? Analisando os crimes previstos na lei de drogas, e considerando as péssimas condições dentro dos presídios, vocês concordam que esses tipos penais querem proteger a saúde pública? A vida e a saúde pública

As perguntas do momento anterior, assim como as reflexões mais significativas que foram feitas pelos/as estudantes, podem ser novamente abordadas aqui, buscando aprofundar as reflexões e, principalmente, questionar posicionamentos e discursos que defendem políticas que criminalizam e encarceram a população negra. Lembramos que este é o principal objetivo deste percurso metodológico.

#### **Momento 03 - Roda de conversa sobre Seletividade Penal e política de drogas a partir de vídeo**

Animação sobre guerra às drogas, vídeo da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, em parceria com o Alma Preta.

Link para o vídeo

<https://www.youtube.com/watch?v=q68jiRRPNKw&t=475s>

#### **Algumas perguntas para guiar a conversa:**

O que é a seletividade penal? É o tratamento desigual que é dado pelos atores do sistema penal a determinadas pessoas. Quem são essas pessoas? Por que essas pessoas?

#### **Para saber mais e dar continuidade à atividade:**

Assistir e dialogar com a turma sobre o documentário “13ª Emenda”, que pode ser acessado pela Netflix

## 4.11 - Para avaliar o caminho percorrido

Chegamos ao final de um dos caminhos metodológicos (ou de uma das atividades do caminho; ou de um ciclo de caminhos), e é importante fazer uma avaliação sobre esse percurso, e disponibilizar um espaço específico para que os/as estudantes expressem e compartilhem as reflexões sobre o processo.

Mais do que um momento para que o/a monitora tenha um retorno da percepção dos estudantes sobre a atividade, este é também um momento de mística de encerramento, em que a memória coletiva e a esperança devem ser afirmadas. É o fechamento de um ciclo, mesmo que pequeno. Então, que tal retomar algum elemento simbólico, objeto, palavra ou pergunta do início da atividade?

Aqui, trazemos algumas sugestões de como fazer uma avaliação de maneira bem simples.

### 4.11.1 - Redesenhando o corpo território

Revisitar o desenho do corpo feito no caminho metodológico “Quem somos”. A partir desse corpo é possível perguntar: queremos acrescentar mais algum elemento à essa representação do corpo território? Alguma coisa mudou na nossa percepção sobre nós e nossa comunidade depois da atividade?

### 4.11.2 - Revisitando as expectativas

Se foi feito um levantamento das expectativas no começo da atividade, podemos retomá-las agora. A partir de cada expectativa listada antes do caminho metodológico, cada participante deverá responder em um papel: a expectativa foi atendida? Se “sim” o mais ajudou para que fosse atendida a expectativa? Se “não” o que impediu/dificultou que a expectativa fosse atendida?

#### **4.11.3 - Que bom..., que pena..., que tal...**

Em uma roda, cada participante deverá complementar essas três afirmações. O objetivo é reconhecer as qualidades da atividade, fazer críticas, e propor melhorias e sugestões para a continuidade do processo

#### **Variação:**

Essa atividade pode ser feita também de maneira anônima: os estudantes complementam as afirmações e anotam as avaliações em papéis (que podem ter cores diferentes para cada frase), e estas são lidas depois para o grupo.

#### **4.11.4 - A terra nas mãos**

Passar pela roda um pote com terra. Cada pessoa irá pegar um punhado de terra e responder: o que eu levo para a minha comunidade a partir dessa atividade? E irá despejar novamente a terra no pote e passar para a pessoa próxima no círculo.

Uma maneira de possibilitar a avaliação constante das atividades é disponibilizar uma caixinha de avaliação, em que os estudantes podem deixar suas sugestões, críticas e elogios.





Realização



Apoio



Parceria

